

VIII Congresso Brasileiro de História Econômica
e 9a. Conferência Internacional
de História de Empresas
- ABPHE -



Programação
Caderno de Resumos

6 a 8 de setembro de 2009
Instituto de Economia - Unicamp
Campinas, SP

VIII Congresso Brasileiro de História Econômica

9^a Conferência
Internacional de
História de Empresas

Programação

Caderno de Resumos

6 a 8 de setembro de 2009

Instituto de Economia (IE)

Universidade Estadual de Campinas

Campinas • São Paulo

Capa
Célia Maria Passarelli
Pedro Paulo Zahluth Bastos

C749p

Congresso Brasileiro de História Econômica (8: 2009: Campinas, SP)
Programa / Associação Brasileira de Pesquisadores em História
Econômica. – Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2009.
121p.

Realizado simultaneamente com: 9ª Conferência Internacional
de História das Empresas

1. História econômica – Congressos. 2. Desenvolvimento
econômico. Associação Brasileira de Pesquisadores em História
Econômica. II. Conferência Internacional de História Econômica
(9.: 2009: Campinas, SP). III. Título

CDU 33(091)

VIII Congresso Brasileiro
de História Econômica

9ª Conferência
Internacional de
História de Empresas

Diretoria (2007-2009):

Presidente: Josué Modesto dos Passos Subrinho
Vice-Presidente: Flávio Azevedo Marques de Saes
1ª Secretária: Maria Lúcia Lamounier
2ª Secretária: Ligia Maria Osório Silva
1ª Tesoureira: Maria Alice Rosa Ribeiro
2ª Tesoureiro: Pedro Paulo Zahluth Bastos

Conselho de Representantes:

Região Norte

1º. Titular - Roberto Oliveira Santos
2º. Titular - Fábio Carlos da Silva

Região Centro-Oeste

1º. Titular - Maria Tereza Ribeiro de Oliveira
2º. Titular - Paulo Roberto Cimó Queiroz
Suplente - Tereza Cristina de Novaes Marques

Região Nordeste

1º. Titular - Luiz Fernando Saraiva
2º. Titular - Cesare Giuseppe Galvan
Suplente - Amilcar Baiardi

Região Sudeste

1º. Titular - Sonia Regina de Mendonça
2º. Titular - Eduardo Motta Albuquerque
Suplente - Ângelo Alves Carrara

Comitê Científico:

Prof. Dr. Alcides Goularti Filho (UNESC)
Prof. Dr. Alexandre Queiroz Guimarães (PUC-MG e Fundação João Pinheiro)
Prof. Dr. Alexandre Mendes Cunha (UFMG)
Prof. Dr. Ângelo Alves Carrara (UFJF)
Prof. Dr. Armando João Dalla Costa (UFPR)
Prof. Dr. Carlos Gabriel Guimarães (UFF)
Prof. Dr. Cesare Galvan (Centro de Estudos e Pesquisa Josué de Castro, PE)
Profa. Dra. Cláudia Heller (UNESP)
Prof. Dr. Eduardo da Motta e Albuquerque (UFMG)
Prof. Dr. Fausto Saretta (UNESP)
Prof. Dr. Francisco Luiz Corsi (UNESP)
Prof. Dr. Luiz Carlos Soares (UFF)
Prof. Dr. Paulo Roberto Cimó Queiroz (UFGD)
Prof. Dr. Pedro Puntoni (USP)
Prof. Dr. Pedro Ramos (UNICAMP)
Prof. Dr. Renato Perim Colistete (USP)
Profa. Dra. Sônia Regina de Mendonça (UFF)
Profa. Dra. Tereza Cristina de Novaes Marques (UNB)

Comitê Organizador:

Prof. Dr. Josué Modesto dos Passos Subrinho (UFS)
Prof. Dr. Pedro Paulo Zahluth Bastos (UNICAMP)
Prof. Dr. Flávio Azevedo Marques de Saes (USP)
Profª. Drª. Maria Lúcia Lamounier (USP)
Profª. Drª. Lígia Osório Silva (UNICAMP)
Profª. Drª. Ismênia de Lima Martins (UFF)
Profª. Drª. Vera Ferlini (USP)
Prof. Dr. Eduardo Barros Mariutti (UNICAMP)
Prof. Dr. Pedro Puntoni (USP)

Comissão Executiva:

Prof. Dr. Pedro Paulo Zahluth Bastos (UNICAMP) (coordenador)
Prof. Dr. Flávio Azevedo Marques de Saes (USP)
Profª. Drª. Maria Lúcia Lamounier (USP)
Dennys Montagner (UNICAMP)
Francisco Carlos Orlandin (UNICAMP)
Gustavo Machado Cavarzan (UNICAMP)
José Tadeu de Almeida (UNICAMP)
Luciana Portilho (UNICAMP)
Marina Barreto Passos (UNICAMP)
Uallace Moreira Lima (UNICAMP)

Programação Programação Programação Programação

DIA 06/09/2009 - DOMINGO

14:00 – Credenciamento

14:00 – Reunião do Conselho de Representantes

15:00 às 16:45 – Sessões Temáticas I: Brasil Colônia 1 (BC 1); Brasil Império 1 (BI 1); Brasil República 1 (BR 1); História Econômica Geral e Economia Internacional 1 (HEG 1); História do Pensamento Econômico 1 (HPE 1); História de Empresas e História da Tecnologia 1 (HE 1).

17:00 às 18:45 – Sessões Temáticas II: BC 2; BI 2 e BI 7; BR 2; HEG 2; HPE 2; HE 2

19:00 – ABERTURA (Auditório do IE – UNICAMP)

Palavra do Presidente

Homenagem a Tamás Szmrecsányi: Wilson Suzigan (UNICAMP)

Conferência:

Coordenador: Pedro Paulo Z. Bastos (UNICAMP)

Conferencista: Professor Peter Cain (Professor Emérito, Sheffield Hallam University, Inglaterra) – “British foreign investment, imperialism and uneven development, 1850-1914”

Região São Paulo

1º. Titular – Pedro Ramos

2º. Titular – Pedro Puntoni

Suplente – Fausto Saretta

Região Sul

1º. Titular – Alcides Goularti Filho

2º. Titular – Pedro Antonio Vieira

Suplente – Fernando Franco Neto

Ex-presidentes da ABPHE

Prof. Dr. Tamás Szmrecsányi (1995-1997)

Prof. Dr. Luiz Carlos Soares (1997-1999)

Prof. Dr. Carlos Roberto Antunes dos Santos (1999-2001)

Prof. Dr. Wilson Suzigan (2001-2003)

Prof. Dr. João Antonio de Paula (2003-2005)

Prof. Dr. Carlos Gabriel Guimarães (2005-2007)

Secretaria da ABPHE

Emiliana dos Santos Oliveira

ABPHE / FEA-RP – USP

Av. Bandeirantes, 3900

Ribeirão Preto – SP

14040-900

Tel.: (16) 3620-3886

E-mail: abphe1@gmail.com

DIA 07/09/2009 – SEGUNDA-FEIRA

8:00 às 9:45 – Sessões Temáticas III: BC3; BI 3; BR 3 e BR 7;
HEG 3; HPE 3; HE 3 e HE 7

**10:00 às 12:00 – Mesa Redonda I: Bancos de
Desenvolvimento na América Latina (Auditório do IE –
UNICAMP)**

Coordenador: Prof. Dr. Carlos Gabriel Guimarães (UFF)

Profª. Drª. Hildete Pereira Melo (UFF)

Prof. Dr. Marcelo Rougier (UBA-Arg.)

Prof. Dr. José Carlos Braga (UNICAMP)

14:00 às 15:45 – Sessões Temáticas IV: BC 4; BI 4; BR 4; HEG 4;
HPE 4 e HPE 6; HE 4

**16:00 às 18:00 – Mesa Redonda II: Cento e vinte anos de
República – Balanço e perspectivas (Auditório do IE –
UNICAMP)**

Coordenador: José Ricardo Barbosa Gonçalves (UNICAMP)

Prof. Dr. Márcio Pochmann (IPEA)

Prof. Dr. Pedro Cesar Dutra Fonseca (UFRGS)

Prof. Dr. Décio Saes (UNICAMP)

18:00 às 19:45 – Sessões Temáticas V: BC 5; BI 5 e BI 8; BR 5;
HEG 5; HPE 5 e 7; HE 5

20:00 – Conferência (Auditório do IE – UNICAMP)

Coordenador: José Jobson de Andrade Arruda (UNICAMP)

Conferencista: Professor Jonathan Israel (Institute for
Advanced Studies – Princeton University, Estados Unidos) -
“Was the Dutch Republic an Empire?”

DIA 08/09/2009 – TERÇA-FEIRA

8:00 às 9:45 – Sessões Temáticas VI: BC 6; BI 6; BR 6 e BR 8;
HEG 6; HE 6 e HE 8

Mesa conjunta ABPHE – Centro Internacional Celso Furtado
(CICEF): O Ensino de História do Pensamento Econômico
Brasileiro (sala 03)

10:00 às 12:00 – Mesa Redonda III: Questão Agrária e
Mercado de Trabalho no Brasil (Auditório do IE – UNICAMP)

Coordenadora: Lígia Osório Silva (UNICAMP)

Prof. Dr. Guilherme Delgado (UFU)

Prof. Dr. Eduardo Girardi (UFMT e UNESP)

Prof. Dr. Claudio Dedecca (UNICAMP)

14:30 às 16:30 – Mesa Redonda IV: Celso Furtado - 50 anos
de Formação Econômica Brasil (Auditório do IE – UNICAMP)

Coordenador: Plínio de Arruda Sampaio Jr. (UNICAMP)

Prof. Dr. Carlos Mallorquin (UAP-Mexico)

Prof. Dr. Carlos Pinkusfeld (UFF)

Prof. Dr. Wilson Cano (UNICAMP)

16:45 – Conferência (Auditório do IE – UNICAMP)

Coordenador: Renato Perim Colistete (USP)

Conferencista: Professor Colin Lewis (London School of
Economics, Inglaterra) - “Las economías latinoamericanas de
exportación, 1870-1930”

19h00 – Assembléia Geral/Reunião do Conselho de
Representantes (Auditório do IE – UNICAMP)

SESSÕES TEMÁTICAS I - DIA 06/09/2009 (Domingo)

SESSÃO	TEMA	SALA	HOR.
Brasil Colônia 1 (BC 1)	Macrotendências e Transformações	23	15:00 16:45
Brasil Império 1 (BI 1)	Nível de Renda, Padrão de Vida e Comércio	34	15:00 16:45
Brasil República 1 (BR 1)	Economia e Desenvolvimento Regional	17	15:00 16:45
História Econômica Geral 1 (HEG 1)	Salários e Condições de Vida	20	15:00 16:45
História do Pensamento Econômico 1 (HPE 1)	Reflexões sobre o Período Colonial	35	15:00 16:45
História de Empresas 1 (HE 1)	A Grande Empresa Pública e Privada no Brasil	36	15:00 16:45

SESSÕES TEMÁTICAS II - DIA 06/09/2009 (Domingo)

SESSÃO	TEMA	SALA	HOR.
Brasil Colônia 2 (BC 2)	Moeda e Crédito	8	17:00 18:45
Brasil Império 2 (BI 2)	Cidades e Apropriação da Terra	34	17:00 18:45
Brasil Império 7 (BI 7)	Proprietários e Comerciantes no Império	20	17:00 18:45
Brasil República 2 (BR 2)	Industrialização e Política Econômica: 1889-1945	17	17:00 18:45
História Econômica Geral 2 (HEG 2)	O Brasil no final do Século XIX e Início do Século XX	35	17:00 18:45
História do Pensamento Econômico 2 (HPE 2)	Crises	36	17:00 18:45
História de Empresas 2 (HE 2)	História dos Transportes no Brasil	23	17:00 18:45

SESSÕES TEMÁTICAS III - DIA 07/09/2009 (Segunda-feira)

SESSÃO	TEMA	SALA	HOR.
Brasil Colônia 3 (BC 3)	Mercado Interno e Redes Mercantis	20	8:00 9:45
Brasil Império 3 (BI 3)	Ferrovias e Estradas no Império	6	8:00 9:45
Brasil República 3 (BR 3)	Moeda, Crédito e Bancos	8	8:00 9:45
Brasil República 7 (BR 7)	Economia e Política no Brasil Republicano	36	8:00 9:45
História Econômica Geral 3 (HEG 3)	Fundamentos, Instituições e Origens do Capitalismo	23	8:00 9:45
História do Pensamento Econômico 3 (HPE 3)	Teorias do Desenvolvimento	17	8:00 9:45
História de Empresas 3 (HE 3)	História de Empresas Industriais e de Serviços	35	8:00 9:45
História de Empresas 7 (HE 7)	Entidades de Classes e Instituições Financeiras	34	8:00 9:45

SESSÕES TEMÁTICAS IV - DIA 07/09/2009 (Segunda-feira)

SESSÃO	TEMA	SALA	HOR.
Brasil Colônia 4 (BC 4)	Administração e Relações de Poder	36	14:00 15:45
Brasil Império 4 (BI 4)	Finanças Públicas e Privadas	35	14:00 15:45
Brasil República 4 (BR 4)	Trabalho, Renda e Proteção Social	8	14:00 15:45
História Econômica Geral 4 (HEG 4)	Caminhos da Periferia e o Cone Sul	23	14:00 15:45
História do Pensamento Econômico 4 (HPE 4)	Pensadores e Correntes de Pensamento Econômico no Brasil	17	14:00 15:45
História do Pensamento Econômico 6 (HPE 6)	Questões Metodológicas	20	14:00 15:45
História de Empresas 4 (HE 4)	Dilemas e Polêmicas na História de Empresas Nacionais	34	14:00 15:45

SESSÕES TEMÁTICAS V - DIA 07/09/2009 (Segunda-feira)

SESSÃO	TEMA	SALA	HOR.
Brasil Colônia 5 (BC 5)	Administração e Dimensões Atlânticas	23	18:00 19:45
Brasil Império 5 (BI 5)	Escravos, Libertos e Produção	34	18:00 19:45
Brasil Império 8 (BI 8)	Crédito e Pensamento Econômico no Império	36	18:00 19:45
Brasil República 5 (BR 5)	Estado, Economia e Política nas Décadas de 1950 e 1960	8	18:00 19:45
História Econômica Geral 5 (HEG 5)	Política Econômica, Crescimento e Finanças	17	18:00 19:45
História do Pensamento Econômico 5 (HPE 5)	Clássicos do Pensamento Econômico	35	18:00 19:45
História do Pensamento Econômico 7 (HPE 7)	Rumos da História Econômica	20	18:00 19:45
N História de Empresas 5 (HE 5)	Tecnologia e Organização em Empresas Açucareiras	6	18:00 19:45

SESSÕES TEMÁTICAS VI - DIA 08/09/2009 (Terça-feira)

SESSÃO	TEMA	SALA	HOR.
Brasil Colônia 6 (BC 6)	Microtendências e Trajetórias	34	8:00 9:45
Brasil Império 6 (BI 6)	População e Riqueza	17	8:00 9:45
Brasil República (BR 6)	Estado, Economia e Política no Brasil pós-1970	23	8:00 9:45
Brasil República (BR 8)	História, Economia e Cultura no Brasil Republicano	36	8:00 9:45
História Econômica Geral 6 (HEG 6)	Estado, Mercado e Dimensão Internacional	35	8:00 9:45
História de Empresas 6 (HE 6)	Inovação Tecnológica e História de Empresas	8	8:00 9:45
História de Empresas 8 (HE 8)	Empresas e Empresariado em Economias Latino-Americanas	20	8:00 9:45
Mesa Conjunta ABPHE - CICEF	O Ensino de História do Pensamento Econômico Brasileiro	03	8:00 9:45

COMUNICAÇÕES DAS SESSÕES-TEMÁTICAS

DIA 06/09/2009 - DOMINGO

Das 15h às 16h45min

Sessão BC 1: Macrotendências e Transformações

Coordenador: JOSÉ JOBSON A. ARRUDA

Sala: 23

- Francisco de Assis Costa/UFGA - A economia colonial do Grão-Pará: um século de expansão e evolução (1720-1820)
- Nelson Hideiki Nozoe/FEA/USP - Faço saber aos que esta minha carta de sesmaria vierem ...: estudo sobre a distribuição temporal da concessão de terras rurais na Capitania de São Paulo, 1568-1822.
- Fábio Pesavento/UFGA - Antes tarde do que nunca: novos subsídios para o debate sobre o colonial tardio
- Aginaldo Valentin/Pós-Doutorando/USP - A ocupação das terras do Vale do Ribeira no início do século XIX

Sessão BI 1: Nível de Renda, Padrão de Vida e Comércio

Coordenador: HERNANI MAIA COSTA

Sala: 34

- Inês Pelger/University of Munich; Joerg Baten, University of Tuebingen - The Anthropometric History of Brazil during the 19th Century
- Eustáquio José Reis/IPEA - A renda per capita dos municípios brasileiros circa 1872
- Renato Leite Marcondes/FEA-RP/USP - O mercado brasileiro do século XIX: uma visão por meio do comércio de cabotagem
- Ricardo Zimbrão Affonso de Paula/UFMA; Mário Roberto Melo Silva/UFMA - O comércio marítimo do Maranhão no século XIX

Sessão BR 1: Economia e Desenvolvimento Regional

Coordenador: FERNANDO CEZAR MACEDO

Sala: 17

- Marcelo Magalhães Godoy/Cedeplar-UFMG; Daniel Henrique Diniz Barbosa/Instituto Federal de Minas Gerais/PPGHE/USP; Lidiany Silva Barbosa/PPGHS/UFRJ – Da arte de conhecer as doenças. O Diagnóstico da Economia Mineira de 1968 e o planejamento do desenvolvimento de Minas Gerais.
- Erika da Cunha Ferreira Gomes/UNICAMP - A estrutura produtiva industrial do estado do Espírito Santo (1990-2005)
- Christiane Luci Bezerra Alves/URCA/CE - A indústria do Nordeste na dinâmica regional brasileira: um resgate dos aspectos históricos ao movimento de desconcentração regional
- Marconi Gomes da Silva/UFRN - Dinâmica econômica recente e reestruturação produtiva no Rio Grande do Norte (1970/2000)

Sessão HEG 1: Salários e Condições de Vida

Coordenador: RENATO COLISTETE

Sala: 20

- Glaudionor Gomes Barbosa/UFPE - Historiadores otimistas *versus* historiadores pessimistas: as condições de vida dos trabalhadores ingleses durante a Revolução Industrial melhoraram?
- Carlos Eduardo Valencia Villa/Doutorando/UFF - El cálculo de la composición de la dieta de los esclavos: elementos para comparar Virginia y Rio de Janeiro en 1860
- Florência Correa Deza/Universidad Nacional de Tucumán; Daniel Campi/Universidad Nacional de Tucumán - La evolución del salario real del peón azucarero tucumano, 1881-1927

Sessão HPE 1: Reflexões sobre o Período Colonial

Coordenador: JOSUÉ MODESTO PASSOS SUBRINHO

Sala: 35

- Heitor Pinto de Moura Filho - Pesos e Medidas no Brasil Oitocentista
- Thiago Marques Mandarino/UFVJM - Vida através da morte: os atestados de óbito dos homens “de cor” de Rio Claro
- Bruno Aidar/Doutorando/FFLCH/USP - Uma substituição luminosa: tributação colonial e reformismo ilustrado em D. Rodrigo de Souza Coutinho ao final do século XVIII
- Gustavo Inácio de Moraes/Doutorando/ESALQ; Aline Cristina de Freitas Vian/FFLCH/USP; Carlos Eduardo Freitas Vian/ESALQ. Adam Smith e o Brasil. Percepções e Institucionalismo.

Sessão HE 1: A Grande Empresa Pública e Privada no Brasil

Coordenador: FRANCISCO CORSI

Sala: 36

- João Rodrigues Neto/UFRN - A gênese da Petrobrás: um debate entre nacionalistas versus liberais
- José Lannes de Melo/UFMS - Do capital comercial na fronteira agrícola ao capital industrial
- Pedro Henrique Pedreira Campos/Doutorando/UFF e UERJ/FFP - A formação do grande capital brasileiro no setor da indústria de construção: resultados preliminares de um estudo sobre causas e origens
- Suzana Quinet de Andrade Bastos/UFJF; Lourival Batista de Oliveira Júnior/UFJF; Rogério Silva de Mattos/UFJF - Implantação da Siderúrgica Mendes Júnior em Juiz de Fora (MG)

Domingo (06/09/2009)

Das 17:00 às 18:45 horas

Sessão BC 2: Moeda e Crédito

Coordenador: NELSON H. NOZOE

Sala: 08

- Fernando Carlos Greenhalgh de Cerqueira Lima/UFRJ - Moeda-mercadoria no Brasil colônia: de metal ou de açúcar?
- Ângelo Alves Carrara/UFJF - Amoeção e oferta monetária em Minas Gerais: as Casas de Fundação e Moeda de Vila Rica
- Jorge Victor de Araújo Souza/UFF - Dai e vos será dado: o patrimônio fundiário dos beneditinos na Bahia e em São Paulo (Séculos XVI e XVII) – notas de pesquisa

Sessão BI 2: Cidades e Apropriação da Terra

Coordenador: LÍGIA M. OSÓRIO SILVA

Sala: 34

- Luiz Carlos Soares/UFF - As cidades escravistas brasileiras: algumas reflexões necessárias para os estudos de escravidão urbana
- Fania Fridman/UFRJ; Maria Isabel de Jesus Chrysostomo/UFV - Projetos territoriais para o Império Brasileiro: o caso da província fluminense
- Fernando Gaudereto Lamas/UFJF - Notas sobre as modificações na forma de aquisição de terras na área central da Mata de Minas durante a primeira metade do século XIX
- Artur José Renda Vitorino/PUC/Campinas - Carestia em meio à fartura: a fome como negócio no Brasil urbano nos anos 1850

Sessão BI 7: Proprietários e Comerciantes no Império

Coordenador: PAULO R. CIMÓ QUEIROZ

Sala: 20

- Carlos Alberto Medeiros Lima/UFPR; Rogério Pereira da Cunha/Mestrando/UFPR - Trajetórias de proprietários em áreas sulistas de abastecimento (1805-1862)
- Gustavo Pereira da Silva/Doutorando/UNICAMP - De Corrêa à Guimarães: Jundiá e o enriquecimento no tropeirismo (1827-1850)
- Leandro Braga de Andrade/Doutorando - Comerciantes locais, acumulação e estratificação social em Minas Gerais no século XIX
- Paula Chaves Teixeira/UFOP - Dinâmicas mercantis: Gervásio Pereira Alvim no comércio entre a Província de Minas Gerais e a Corte do Rio de Janeiro (c.1850-1880)

Sessão BR 2: Industrialização e Política Econômica: 1889-1945

Coordenador: FAUSTO SARETTA

Sala: 17

- Alexandre Macchione Saes/Unifal - A dinâmica da industrialização: energia elétrica (1889-1920)
- Michel Deliberali Marson/Doutorando/FEA-USP - A Grande Depressão e o setor de bens de capital no estado de São Paulo: uma revisão
- Paulo Roberto de Almeida - A política comercial do Brasil no contexto internacional, 1889-1945
- Marcos Alberto Horta Lima/FESB - A política dos industriais brasileiros diante da regulamentação do mercado (1919-1930)

Sessão HEG 2: O Brasil no Final do Século XIX e Início do Século XX

Coordenador: JOSÉ FLÁVIO MOTTA

Sala: 35

- Cláudio Djissey Shikida/IBMEC-MG; Clarice Sollero Lemos/IBMEC-MG; Ari Francisco de Araujo Jr./IBMEC-MG - A Adesão ao Padrão-Ouro e seus determinantes cliométricos: o caso do Brasil
- Sérgio Ricardo de Brito Gadelha/Analista Tesouro Nacional - Crescimento Econômico, Imigração e Salários Reais no Brasil
- Luis Bértola/ Universidad de La República; Cecilia Castelnovo; Henry Willebald/Universidad Carlos III, Madrid - Income Distribution in Brazil, 1870-1920

Sessão HPE 2: Crises

Coordenador: EDUARDO MOTTA E ALBUQUERQUE

Sala: 36

- Luiz Eduardo Simões de Souza/UNIVALE-MG - O estudo das crises na análise histórico-econômica
- Carlos Alberto Lanzarini Casa/UFRGS - Vulnerabilidade externa e endividamento interno: uma interpretação keynesiana sobre as origens da dívida interna brasileira
- Carlos Eduardo Suprinyak/CEDEPLAR/UFMG - Interpreting a crisis: trade and money debates in England during the Parliament of 1621
- Fernando Monteiro Rugitsky/Mestrando/CEBRAP/USP - Para além do *laissez-faire*: notas para a história da teoria econômica do período entre-guerras
- Gláucia A. Campregher/UNICAMP; Cláudio V. S. Farias/UNISINOS/UFRS - Competição e cooperação no pensamento econômico: contribuições dos fundadores e das novas escolas para a compreensão destes como processos correlatos

Sessão HE 2: História dos Transportes no Brasil

Coordenador: ARMANDO DALLA COSTA

Sala: 23

- Alcides Goularti Filho/UNESC - Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro: uma trajetória de déficit financeiro e desenvolvimento econômico
- Dalva Neraci Reinheimer/Faculdades Integradas de Taquara (RS)/CAPES - Empresas de navegação fluvial na República Velha Gaúcha
- Ivanil Nunes/USP - Rede Ferroviária Federal S/A: uma empresa passageira
- Dulce Portilho Maciel/UEG - A rota Araguaia-Tocantins de comunicação mercantil entre Goiás e Belém do Pará (1846-1967)

DIA 07/09/2009 - SEGUNDA-FEIRA

Das 8:00 às 9:45 horas

Sessão BC 3: Mercado Interno e Redes Mercantis

Coordenador: PEDRO ANTONIO VIEIRA

Sala: 20

- Cristiano Corte Restitutti/Doutorando/USP - Produção e comércio de tabaco em Minas Gerais e no Rio da Prata no século XVIII
- Marcelo Henrique Dias/DFCH/UESC - Da vocação à obrigação: a capitania de Ilhéus no mercado regional de farinha, séculos XVII-XVIII
- Carla Maria Carvalho de Almeida/UFJF - Rebanhos em Minas colonial: análise comparativa da prática pecuarista nas comarcas de Vila Rica e Rio das Mortes
- Moacir Rodrigo de Castro Maia/Doutorando/UFRJ - A propriedade escravista e o pequeno comércio no termo de Vila do Carmo (Minas Gerais, 1720-1723)

Sessão BI 3: Ferrovias e Estradas no Império

Coordenador: ALCIDES GOULARTI FILHO

Sala: 06

- Rafael da Costa Natera/Mestrando/UNICAMP; Hernani Maia Costa, IE/UNICAMP - Primeiros passos e primeiros problemas da questão ferroviária no Brasil (1835 - 1852)
- Welber Luiz dos Santos/Mestrando/UFOP - Justificativas históricas para a expansão ferroviária em Minas Gerais (século XIX): notas sobre o processo de formação do mercado interno
- Maria Lúcia Lamounier/FEA-RP/USP - Ferrovias, agricultura e mão-de-obra no Brasil (1850-1890)
- Bruna de Jesus Barbosa da Silva/Graduanda/FEA-USP - As estradas paulistas: 1835-1870

Sessão BR 3: Moeda, Crédito e Bancos

Coordenador: JOSÉ RICARDO BARBOSA GONÇALVES

Sala: 08

- Marcia Naomi Kuniochi/FURG - Crédito, especulação e acumulação nos negócios mercantis. Rio de Janeiro: 1842-1857
- Anderson Pires/UFJF - Crédito e finanças em uma sociedade cafeeira
- Alex Nery Caetité/Mestrando/UNESP; Eduardo Strachman/UNESP - O volume de crédito no Brasil entre 1996-2007: um estudo sobre os fatores que influenciaram a trajetória recente do crédito no Brasil e algumas considerações sobre o financiamento empresarial
- Fernando Nogueira da Costa/UNICAMP - Bancos e crédito no Brasil: 1945-2008
- Giuliano Contento de Oliveira/UNICAMP - Moeda indexada, indexação financeira e os limites da estabilidade monetária no Brasil

Sessão BR 7: Economia e Política no Brasil Republicano

Coordenador: SONIA MENDONÇA

Sala: 36

- Pedro Ramos/UNICAMP - A evolução (excludente e desigual) da produção agrícola brasileira entre 1930 e 2007: do mercado interno para o externo
- Ebenézer Pereira Couto/UFU - Economia política dos preços de alimentos, instabilidade econômica e regulação no capitalismo contemporâneo
- Júlio Manuel Pires/FEA-RP/USP - O gasto público com saúde no período desenvolvimentista
- Eliana Tadeu Terci/UNIMEP - A desconstrução da sociedade rural e a consolidação de um centro canavieiro paulista: o dilema na afirmação da identidade de Piracicaba (1930-1950)

Sessão HEG 3: Fundamentos, Instituições e Origens do capitalismo

Coordenador: VERA L. A. FERLINI

Sala: 23

- Leandro Miranda Malavota/UFRJ - Justificando e legitimando a apropriação da tecnologia: uma discussão sobre o sistema internacional de patentes
- Rosângela de Lima Vieira/UNESP - Capitalismo na perspectiva histórica: globalização, cultura material e consumo
- Pablo Oller Mont Serrath - De nascente a poente: a eminência do espaço atlântico no comércio e na exploração colonial do Império Português
- Paulo Cesar Gonçalves/FFLCH/USP - Emigração e colônias no Terceiro Império Português

Sessão HPE 3: Teorias do Desenvolvimento

Coordenador: EDUARDO MOTTA E ALBUQUERQUE

Sala: 17

- Wilson Vieira/UNICAMP - O subdesenvolvimento como obstáculo à construção da nação no pensamento de Celso Furtado (1950-1964)
- Óliver Mora Toscano/ Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia, UPTC/UFRGS; Stella Venegas Calle/UFRGS - Las teorías del desarrollo económico: algunos postulados y Enseñanzas
- Rosele Marques Vieira/UFRGS - Desenvolvimento, subdesenvolvimento e dependência: uma discussão na visão de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso
- José Elesbão de Almeida/Doutorando/UFRGS - Os dilemas entre a luta pela autonomia e a vocação pelo desenvolvimento dependente

Sessão HE 3: História de Empresas Industriais e de Serviços

Coordenador: MARIA ALICE R. RIBEIRO

Sala: 35

- Helena Carvalho De Lorenzo/UNESP; Ângela Cristina Ribeiro Caíres/UNESP - Pioneirismo e cultura empresarial na indústria brasileira: a LUPO S/A.
- Narda Margareth Carvalho Gomes de Souza/NAEA/UFPA/SUDAM - A trajetória da Companhia Têxtil de Castanhal: a mais pura fibra Amazônica
- Marcílio Alves Chiacchio/NAEA/UFPA - Indústria na Amazônia: a história da Perfumarias Phebo S/A em Belém – PA
- Fernando Antonio Abrahão/Centro de Memória/UNICAMP - Origem, crescimento e sucessão em empresas familiares: o caso da Rede Frango Assado de Restaurantes

Sessão HE 7: Entidades de Classe e Instituições Financeiras

Coordenador: CARLOS GABRIEL GUIMARÃES

Sala: 34

- Alda Mourão/Universidade de Coimbra - A Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro: um empresariado entre dois continentes
- Cláudia Regina Salgado de Oliveira Hansen/Doutoranda/UFF - "Os Guinle" no grupo dirigente do Clube de Engenharia
- Paulo Roberto Cimó Queiroz/UFGD - Joaquim Murinho, banqueiro: notas sobre a experiência do Banco Rio e Mato Grosso (1891-1902)

DIA 07/09/2009 - SEGUNDA-FEIRA
Das 14:00 às 15:45 horas

Sessão BC 4: Administração e Relações de Poder

Coordenador: ÂNGELO A. CARRARA

Sala: 36

- Valter Lenine Fernandes/Mestrando/UNIRIO - Contrato, contratadores e descaminho da dízima da Alfândega do Rio de Janeiro (1726-1743)
- Maria Lucília Viveiros Araújo/Pós-doutoranda/FEA-USP - A política tributária na periferia do Império português
- Fernanda Fioravante/Doutoranda/UFRJ - As contas da câmara de São João del Rei, 1719-1750
- Wolfgang Lenk/FACAMP - *Necessitas legem vincit*: norma e prática da Fazenda Real na Bahia (1624-1654)

Sessão BI 4: Finanças Públicas e Privadas

Coordenador: LUIZ FERNANDO SARAIVA

Sala: 35

- Marcelo Magalhães Godoy/CEDEPLAR/UFMG; Philippe Scherrer Mendes/UFJF - Contribuição ao estudo das finanças públicas da província de Minas Gerais
- Luciana Suárez Lopes/FEA-USP - As leis orçamentárias e a estrutura tributária dos municípios paulistas, 1834-1850
- Carlos Engemann/UFRJ - Catando as migalhas da mesa do barão: reflexões acerca das estratégias administrativas e seu impacto na comunidade escrava. O caso do Barão de Santa Justa (Rio de Janeiro, 1873-1884)
- Lélío Luiz de Oliveira/UNESP - O avanço da economia mineira em terras paulistas: o município de Franca-SP (1820-1920)

Sessão BR 4: Trabalho, Renda e Proteção Social

Coordenador: MARCELO PRONI

Sala: 08

- Rogério Naques Faleiros/CCJE-UFES - Apontamentos acerca do trabalho e do avanço da fronteira agrícola em São Paulo entre 1917 e 1937
- Cláudia Alessandra Tessari/UNESP - A exigência sazonal de mão-de-obra na agricultura e o trabalho temporário dos nacionais (São Paulo, 1890-1915)
- Claudio Salvadori Dedecca/UNICAMP - O Salário Mínimo no mercado de trabalho brasileiro
- Julianne Alvim Milward/UFRJ - Sistema de proteção social brasileiro: análise de sua trajetória até a abertura democrática

Sessão HEG 4: Caminhos da Periferia e o Cone Sul

Coordenador: ALEXANDRE GUIMARÃES

Sala: 23

- Angelita Matos Souza/UNICAMP - As vias da periferia: Argentina, Brasil, Coréia do Sul e Espanha
- Daniela de Oliveira da Silva; Maria Heloisa Lenz/UFRGS - Regulação e privatização: o caso do gás natural na Argentina na década de 1990
- Carlos Gilberto de Sousa Martins/UERJ - Abertura econômica e privatização na Argentina de Menem (1989-1999): impactos no campo social
- Jaime Gabriel Yaffé Espósito/Universidad de la República (Uruguay) - La economía de la dictadura (Uruguay, 1973-1984)

Sessão HPE 4: Pensadores e Correntes de Pensamento Econômico no Brasil

Coordenador: FLÁVIO A. M. DE SAES

Sala: 17

- Roberto Pereira Silva/Mestrando/UNICAMP - Azevedo Amaral e o pensamento autoritário: problemas
- Arthur de Aquino/UNICAMP - A controvérsia Simonsen-Gudin e a consolidação do projeto político industrial
- Luis Antonio Paulino/UNESP - A questão nacional no pensamento de Álvaro Vieira Pinto - História e Atualidade
- Pedro Caldas Chadarevian/UFSCAR-Sorocaba - Raça, classe e revolução no PCB (1922-1964)

Sessão HPE 6: Questões Metodológicas

Coordenador: FERNANDO NOGUEIRA DA COSTA

Sala: 20

- Ricardo Agostini Martini/CEDEPLAR/UFMG - Os programas de pesquisa lakatosianos e a metodologia da Economia Neoclássica: contribuições e críticas
- Marco Antonio Ribas Cavaliere/CEDEPLAR/UFMG/PUC-PR - Sobre os porquês do pluralismo em economia: aproximações de uma alternativa historicista
- Vagner Alves/Mestre/FEA-RP/USP - A persistência da multiplicidade na evolução do pensamento econômico em exame crítico
- Cesare Giuseppe Galvan/Centro de Estudos Josué de Castro (PE) - O telégrafo de Troia: reflexões

Sessão HE 4: Dilemas e Polêmicas na História de Empresas Nacionais

Coordenador: PEDRO RAMOS

Sala: 34

- Armando Dalla Costa/UFPR; Junior Ruiz Garcia/Doutorando/UNICAMP - A Sadia e sua experiência no mercado internacional
- Maria Sylvia Macchione Saes; Camila Dias de Sá; Bruno Varella Miranda/FEA/USP - A Sadia e o agronegócio brasileiro: a perda de competitividade do sistema de integração com o produtor rural
- Claudia Musa Fay; Geneci Guimarães de Oliveira/PUCRS - Por que empresas aéreas quebram? O caso Varig
- Fábio Carlos da Silva/NAEA/UFPA - A Companhia de Terras da Mata Geral e a privatização da floresta amazônica no sul do Pará

DIA 07/09/2009 - SEGUNDA-FEIRA

Das 18:00 às 19:45

Sessão BC 5: Administração e Dimensões Atlânticas

Coordenador: PEDRO PUNTONI

Sala: 23

- Luiz Antônio Silva Araujo/UFRB - Contratos de direitos e tributos régios e o Sistema Colonial: I metade do Setecentos
- Gustavo Acioli Lopes/FACAMP - O tráfico lisboeta de escravos na Costa da Mina (1676-1730)
- Maximiliano Mac Menz/FAPESP/UNIFESP - O comércio angolano no final do século XVIII e início do XIX: notas de estudo
- Pedro Antonio Vieira/UFSC - A sociedade portuguesa do século XVI e as raízes da desigualdade social no Brasil

Sessão BI 5: Escravos, Libertos e Produção

Coordenador: LUIZ CARLOS SOARES

Sala: 34

- Arethusa Helena Zero/Colégio Lyon Campinas - O silêncio da lei e o direito costumeiro: a prática da alforria e a Lei 2.040/1871
- Elione Silva Guimarães/Pós-doutoranda/UFF - Liberdade, terra e disputas: a trajetória dos libertos de Pedro Marçal da Costa e Porcina Angélica de Jesus (Mar de Espanha, 1866-1923)
- Luiz Fernando Saraiva/UFRB; Rita de Cássia da Silva Almico/UFRB - Demografia escrava e produção econômica na Zona da Mata Mineira: 1831-1888
- Paulo Eduardo Teixeira/UNESP e Renato Leite Marcondes/FEA-RP/USP - População e agricultura na passagem da colônia para o Império. Um estudo comparado de três Salaidades paulistas (Campinas, Lorena e Mogi das Cruzes, 1774-1829)

Sessão BI 8: Crédito e Pensamento Econômico no Império

Coordenador: RENATO LEITE MARCONDES

Sala: 36

- Mônica de Souza Nunes Martins/UFRRJ - A difusão da economia política no Brasil no século XIX
- Guillaume Azevedo Marques de Saes/FFCLH/USP - Um projeto econômico: análise do jornal "Tribuna Militar" (1881-1882)
- Thiago Fontelas Rosado Gambi/UF RJ - Banco do Brasil: estatutos comparados (1808, 1833, 1853)
- Luiz Fernando Saraiva/UFRB; Rita de Cássia da Silva Almico/UFRB - Montepios e Auxílio Mútuo no Brasil Império *

Sessão BR 5: Estado, Economia e Política nas Décadas de 1950 e 1960

Coordenador: PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO JR.

Sala: 08

- Danilo José Dalio/Mestrando/UNICAMP; Shiguenoli Miyamoto/UNICAMP - A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e a barganha externa do Segundo Governo Vargas
- Hildete Pereira de Melo/UFF; Ana Claudia Caputo/Petrobrás; Victor Leonardo de Araujo/UFF; Glória Maria Moraes da Costa/ESPM - O BNDE e a execução do Plano de Metas: 1956/60
- Felipe Pereira Loureiro/Doutorando/FFLCH-USP - Uma difícil conciliação: empresários e trabalhadores no contexto do Plano Trienal
- Mário Augusto Morato Pinto de Almeida/Mestrando/UNICAMP - Restrições políticas a política econômica do governo João Goulart: as dificuldades para a consolidação de uma coalizão reformista estável
- Sérgio Marley Modesto Monteiro/UFRGS; Carla Fernanda da Silva/UFRGS - Populismo no Brasil: uma análise com teoria dos jogos

Sessão HEG 5: Política Econômica, Crescimento e Finanças

Coordenador: MARIA TERESA RIBEIRO DE OLIVEIRA

Sala: 17

- Eliane de Araújo/Pesquisadora/IPEA - Nível do câmbio e crescimento econômico: teorias e evidências para países em desenvolvimento e emergentes (1980-2007)
- Leonardo Andrade Rocha/UNICAMP; Divina Aparecida Leonel Lunas Lima/FESURV/VEG; Andréia Mara Pereira/UNICAMP - As origens coloniais da produtividade das nações
- Alexandre Ottoni Teatini Salles/UFES - Financial globalization in historical perspective: old and new patterns

Sessão HPE 5: Clássicos do Pensamento Econômico

Coordenador: CLÁUDIA HELLER

Sala: 35

- Solange Regina Marin/UFESM/RS; André Marzulo Quintana/UFESM/RS - Crítica do Utilitarismo: uma releitura de Adam Smith e Francis Ysidro Edgeworth
- Rogério Arthmar/UFES; Michael Emmett Brady/California State University - Dos clássicos aos hereges: Keynes e a economia de seu tempo
- Hugo Eduardo Araújo da Gama Cerqueira/CEDEPLAR/FMG - David Riazanov e a edição das obras de Marx e Engels
- Roberto Resende Simiqueli/Mestrando/UNICAMP - Ernest Benians e o Projeto de Império Smithiano

Sessão HPE 7: Rumos da História Econômica

Coordenador: CÉSARE G. GALVÁN

Sala: 20

- Guilherme Grandi/Doutorando/FFLCH-USP - História econômica ou economia retrospectiva? Robert Fogel e o impacto econômico das ferrovias no século XIX
- José Flávio Motta/FEA-USP - Agonia ou robustez? Reflexões acerca da historiografia econômica brasileira
- Jaeder Fernandes Cunha/Doutorando/USP - Elucubrações tópicas em teoria e metodologia da História Econômica
- Glaudionor Gomes Barbosa/UFPE; Ana Paula Sobreira Bezerra/UFPE - Existe ideologia na economia? Ou por que os economistas não são físicos, mas muitos acreditam que são?

Sessão HE 5: Tecnologia e Organização em Empresas Açucareiras

Coordenador: MARIA SYLVIA MACCHIONE SAES

Sala: 06

- Divina Aparecida Leonel Lunas Lima/UFU; Pedro Ramos/UNICAMP - Dinâmica da expansão e consolidação da Vale do Verdão S/A Açúcar e Álcool em Goiás
- Fabrício José Piacente/Doutorando/UNICAMP; Pedro Ramos/UNICAMP - Os diferentes sistemas de extração de sacarose de cana-de-açúcar até a hegemonia das moendas com três cilindros
- Daniel Moyano/UNT-CONICET - Empresas familiares e industria azucarera en Argentina en la primera mitad del siglo XX. Aproximaciones a partir de estudios de caso

DIA 08/09/2009 – TERÇA-FEIRA
Das 08h00 às 09h45

Sessão BC 6: Microtendências e trajetórias

Coordenador: TERESA C. NOVAES MARQUES

Sala: 34

- Marcia Eckert Miranda/UNISINOS/UNICAMP - Um comerciante na fronteira sul do Brasil: a Corte, a guerra e o tributo
- Déborah Oliveira Martins dos Reis/Doutoranda/FFLCH-USP - Economia e demografia nas vizinhanças da capital de São Paulo (Atibaia, 1799-1829)
- Antônio Henrique Duarte Lacerda/Arquivo Histórico de Juiz de Fora/Doutorando/UFF - A participação da família Ferreira Armonde na formação do espaço econômico mineiro
- Tiago Luís Gil/UFRGS - Mercados de crédito e camadas de relacionamentos em uma rota mercantil: Viamão-Curitiba-Sorocaba, 1780-1810

Sessão BI 6: População e Riqueza

Coordenador: ALEXANDRE M. CUNHA

Sala: 17

- Maisa Faleiros da Cunha/UNICAMP - Domicílios e moradores de uma vila paulista. Franca-SP, século XIX.
- Hamilton Afonso de Oliveira/UEG – A estrutura e composição da riqueza familiar no Sul de Goiás (1850-1910)
- Jonis Freire/Doutor/UNICAMP – “Relação dos Habitantes do Districto de Santo Antonio do Juiz de Fóra ...”: as Listas Nominativas de 1831 e algumas características de sua população
- Fernando Franco Netto/UNICENTRO - A mão-de-obra escrava e livre como fator de produção no Paraná Provincial

Sessão BR 6: Estado, Economia e Política no Brasil Pós-1970

Coordenador: JÚLIO PIRES

Sala: 23

- Nicolas Grinberg/Doutorando/Department of Economic History/London School of Economics; Marcelo Paiva de Abreu/PUC-RIO - Why did the Brazilian 'Economic Miracle' become the 'Lost decade'? The specificity of capitalist development in Brazil between the 1960s and the 1980s
- Fernando Genta dos Santos/FEA/USP; Renato Perim Colistete/FEA/USP - Reavaliando o II PND: uma abordagem quantitativa
- Glaudionor Gomes Barbosa/UFPE; Regina Célia Gonçalves/UFPB - As "Ilusões Perdidas" do Cruzado ou porque os "Fiscais de Sarney" acreditaram no congelamento dos preços: um exemplo de Economia moral da multidão "thompsoniana" no Brasil do século XX?
- Danilo Jorge Vieira/UNICAMP - Ajuste fiscal e financeiro dos estados no pós-real: um balanço
- Mario Rubens/IPEA-UFF; Miguel Bruno/IPEA-UERJ; Hawa Diawara/ UERJ; Anna Carolina S. Reis/IPEA; Eliane Araújo/IPEA - Finance-led growth regime no Brasil: estatuto teórico, evidências empíricas e conseqüências macroeconômicas

Sessão BR 8: História, Economia e Cultura no Brasil Republicano

Coordenador: MARIA LÚCIA LAMOUNIER

Sala: 36

- Milena Fernandes de Oliveira/Doutoranda/UNICAMP - Modernização urbana e consumo na São Paulo de *fin-de-siècle*
- Marcos Fábio Martins de Oliveira/UNIMONTES; Ana Carolina Ferreira Caetano/Graduanda/PUC - A trajetória de um propagandista no início da República: o discurso de João Pinheiro da Silva em prol do desenvolvimento
- Leonardo Weller/London School of Economics - The Funding Loan as a bailout: why did Rothschilds underwrite Brazilian bonds in 1898?
- Thiago Caliarí/UFMG; Newton Paulo Bueno/UFV - Ciclos do café durante a República Velha: uma análise sistêmica
- Carlos Eduardo de Freitas Vian/ESALQ/USP; Matheus Vitti de Aguiar/Graduando/ESALQ; Henrique Marion Duran Junior/Graduando/ESALQ - Análise histórica da participação do Brasil no mercado internacional de café: fontes de dados, índices de concentração e destinos do produto.

Sessão HEG 6: Estado, Mercado e a Dimensão Internacional

Coordenador: EDUARDO MARIUTTI

Sala: 35

- Alexandre Queiroz Guimarães/PUC-Minas - A Economia Política do Desenvolvimento da China: Estado, mercado e a construção do modelo econômico chinês
- William Vella Nozaki/Mestrando/UNICAMP - Bancos e finanças no sistema monetário internacional do padrão ouro-libra
- Rômulo André Lima/Mestrando/UFF - Estado nacional e a economia de mercado: o padrão político-econômico vencedor na origem do sistema capitalista
- Átila Alves Garrido/UNICAMP - Crítica e reformulação das lógicas sistêmicas do modelo de Giovanni Arrighi para a análise das transformações das ordens mundiais no Moderno Sistema-Mundo

Sessão HE 6: Inovação Tecnológica e História de Empresas

Coordenador: ANA LÚCIA GONÇALVES DA SILVA

Sala: 08

- Yuri de César de Lima e Silva/Mestrando/UFRN – Aprendizado, inovação e *catching-up*: os efeitos do aprendizado tecnológico em empresas brasileiras e sul-coreanas
- Roberto Mazzoleni/Department of Economics Hofstra University; Luciano Martins Costa Povoá/UFG - The evolution of Brazil's regime of intellectual property rights and the accumulation of technological capabilities in the pharmaceutical industry
- Jaques Kerstenetzky/UFRJ - História empresarial e teoria econômica: investigação a respeito de um convite de Schumpeter
- Ivan da Costa Marques/UFPR; Márcia de Oliveira Cardoso; Vitor Andrade Barcellos/UFRJ - SOX: Controvérsias "padrão X produto" nos sistemas operacionais na década de 1980

Sessão HE 8: Empresas e Empresariado em Economia Latino-Americanas

Coordenador: CARLOS ANTÔNIO BRANDÃO

Sala: 20

- Juan Luis Martiren/FLACSO/Becario Conicet - Empresarios rurales y mercado de tierras en la provincia de Santa Fe, Argentina (1868-1880)
- Letícia Bibiana Santiago Guerrero/Universidad Autónoma de Baja California, México - Frontera y redes. La formación del empresariado en Tijuana, Baja California, México, 1915-1929.
- Maria Eugenia Romero Ibarra/ Universidad Nacional Autónoma de México; Javier Moreno Lázaro/Universidad de Valladolid, Espanha - Inmigrantes, redes de paisanaje y negocios. Su presencia e impacto en el desarrollo económico de México. Siglos XIX y XX

RESUMOS

MÓDULO: BRASIL-COLÔNIA

A economia colonial do Grão-Pará: um século de expansão e evolução (1720-1820)

Francisco de Assis Costa, UFPA

Com base em exaustivo trabalho de reconstituição de séries que se alongam de 1720 a 1820, o trabalho objetiva contribuir na construção de perspectivas da economia colonial amazônica que enfatizem o contexto global - a capacidade demonstrada de se afirmar como sub-sistema do império colonial português no contexto do mercado mundial. Ao discutir essa capacidade, avalia a evolução das condições fundamentais de escala e eficiência, entendendo-as como determinadas pelas condições locais de operação do projeto colonial. Tais condições, marcadas pelos fundamentos naturais únicos do bioma amazônico, são avaliadas na referência das mudanças institucionais que marcam vigorosamente, no tempo, a trajetória da economia e sociedade regionais.

Faço saber aos que esta minha carta de sesmaria vierem ...: estudo sobre a distribuição temporal da concessão de terras rurais na Capitania de São Paulo, 1568-1822.

Nelson Hideiki Nozoe, FEA/USP

A presente comunicação constitui parte de um estudo mais abrangente, voltado ao estudo de 1.762 cartas de concessão de sesmaria expedidas por administradores da Capitania de São Paulo entre 1568 e 1822. Este corpo documental resultou da seleção feita em coletâneas publicadas pelo Arquivo do Estado de São Paulo e nos CD-ROM's produzidos no âmbito do Projeto Resgate de Documentação Histórica do Barão do Rio Branco. Para esta comunicação selecionamos a parte que trata do exame das autoridades que concederam o benefício e a distribuição temporal das concessões. Nela é possível verificar, por exemplo, a ocorrência de momentos de intensificação na concessão de terras mediante o instituto jurídico da sesmaria. É o que ocorreu, por exemplo, nas três décadas compreendidas entre 1720 e 1740,

período situado logo após o desmembramento da Capitania de Minas Gerais e marcado pela extração aurífera. Após várias décadas de arrefecimento, as doações de terras voltam a crescer no final do século, em especial, entre os anos 1780-89, decênio de grande expansão da cultura canavieira na capitania paulista, atividade econômica promovida pelos representantes da Coroa lusitana desde a época de Morgado de Mateus. Na segunda parte do estudo examinam-se alguns dados colhidos em 324 documentos de confirmação que representam 18,38% da quantidade total de cartas de sesmaria trabalhadas nos itens precedentes ou 21,83% do número de cartas expedidas após a instalação da Capitania de São Paulo e Minas de Ouro. A feitura do estudo do qual esta comunicação faz parte pretende preencher a lacuna de bibliografia concernente a estudos sobre a aplicação da legislação sesmarial na América portuguesa.

Antes tarde do que nunca: novos subsídios para o debate sobre o colonial tardio

Fábio Pesavento, Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM)

Desde antes de 1750, o porto carioca já se destacava nos quadros do império ultramarino português. A origem desse processo, em boa medida, remonta à expansão da região mineira na virada do século XVII para o XVIII. Grosso modo, se conhece os efeitos positivos da extração aurífera na economia do Rio de Janeiro. Contudo, quais os seus efeitos na economia fluminense após o declínio da extração aurífera? Dauril Alden sugere que a Colônia vai presenciar uma profunda crise econômica. João Fragoso aponta para a formação de uma vasta rede de abastecimento, sugerindo não uma crise, mas a formação de um amplo mercado interno. A fim de colher novos subsídios para o debate colonial tardio, trabalhou-se com 6.500 escrituras públicas depositadas no Arquivo Nacional, além de outras fontes primárias que envolviam a economia do termo do Rio de Janeiro entre 1750-90. Quando se agrupa os dados que indicam crise e se compara com os sugerem que não, os resultados apontam para um revigoramento do setor rural e uma estagnação da atividade econômica do Rio de Janeiro entre 1750-90.

RESUMOS

MÓDULO: BRASIL-COLÔNIA

A economia colonial do Grão-Pará: um século de expansão e evolução (1720-1820)

Francisco de Assis Costa, UFPA

Com base em exaustivo trabalho de reconstituição de séries que se alongam de 1720 a 1820, o trabalho objetiva contribuir na construção de perspectivas da economia colonial amazônica que enfatizem o contexto global - a capacidade demonstrada de se afirmar como sub-sistema do império colonial português no contexto do mercado mundial. Ao discutir essa capacidade, avalia a evolução das condições fundamentais de escala e eficiência, entendendo-as como determinadas pelas condições locais de operação do projeto colonial. Tais condições, marcadas pelos fundamentos naturais únicos do bioma amazônico, são avaliadas na referência das mudanças institucionais que marcam vigorosamente, no tempo, a trajetória da economia e sociedade regionais.

Faço saber aos que esta minha carta de sesmaria vierem ...: estudo sobre a distribuição temporal da concessão de terras rurais na Capitania de São Paulo, 1568-1822.

Nelson Hideiki Nozoe, FEA/USP

A presente comunicação constitui parte de um estudo mais abrangente, voltado ao estudo de 1.762 cartas de concessão de sesmaria expedidas por administradores da Capitania de São Paulo entre 1568 e 1822. Este corpo documental resultou da seleção feita em coletâneas publicadas pelo Arquivo do Estado de São Paulo e nos CD-ROM's produzidos no âmbito do Projeto Resgate de Documentação Histórica do Barão do Rio Branco. Para esta comunicação selecionamos a parte que trata do exame das autoridades que concederam o benefício e a distribuição temporal das concessões. Nela é possível verificar, por exemplo, a ocorrência de momentos de intensificação na concessão de terras mediante o instituto jurídico da sesmaria. É o que ocorreu, por exemplo, nas três décadas compreendidas entre 1720 e 1740,

período situado logo após o desmembramento da Capitania de Minas Gerais e marcado pela extração aurífera. Após várias décadas de arrefecimento, as doações de terras voltam a crescer no final do século, em especial, entre os anos 1780-89, decênio de grande expansão da cultura canavieira na capitania paulista, atividade econômica promovida pelos representantes da Coroa lusitana desde a época de Morgado de Mateus. Na segunda parte do estudo examinam-se alguns dados colhidos em 324 documentos de confirmação que representam 18,38% da quantidade total de cartas de sesmaria trabalhadas nos itens precedentes ou 21,83% do número de cartas expedidas após a instalação da Capitania de São Paulo e Minas de Ouro. A feitura do estudo do qual esta comunicação faz parte pretende preencher a lacuna de bibliografia concernente a estudos sobre a aplicação da legislação sesmarial na América portuguesa.

Antes tarde do que nunca: novos subsídios para o debate sobre o colonial tardio

Fábio Pesavento, Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM)

Desde antes de 1750, o porto carioca já se destacava nos quadros do império ultramarino português. A origem desse processo, em boa medida, remonta à expansão da região mineira na virada do século XVII para o XVIII. Grosso modo, se conhece os efeitos positivos da extração aurífera na economia do Rio de Janeiro. Contudo, quais os seus efeitos na economia fluminense após o declínio da extração aurífera? Dauril Alden sugere que a Colônia vai presenciar uma profunda crise econômica. João Fragoso aponta para a formação de uma vasta rede de abastecimento, sugerindo não uma crise, mas a formação de um amplo mercado interno. A fim de colher novos subsídios para o debate colonial tardio, trabalhou-se com 6.500 escrituras públicas depositadas no Arquivo Nacional, além de outras fontes primárias que envolviam a economia do termo do Rio de Janeiro entre 1750-90. Quando se agrupa os dados que indicam crise e se compara com os sugerem que não, os resultados apontam para um revigoramento do setor rural e uma estagnação da atividade econômica do Rio de Janeiro entre 1750-90.

A ocupação das terras do Vale do Ribeira no início do século XIX

Agnaldo Valentin, FEA/USP

Apresentamos os resultados acerca da posse de terra a partir dos registros assentados no Inventário de Bens Rústicos, realizado na Capitania de São Paulo em 1818. Naquele momento, o Vale do Ribeira conhecia uma acelerada expansão da cultura de arroz, iniciado em fins do século XVIII. No entanto, parte do território ribeirense já se encontrava ocupado, de tal sorte que conseguimos identificar, através da documentação consultada, as regiões de antiga colonização com as novas áreas incorporadas pela lavoura rizicultura.

Moeda-mercadoria no Brasil colônia: de metal ou de açúcar?

Fernando Carlos Greenhalgh de Cequeira Lima, UFRJ

O objetivo deste artigo é questionar a tese de que o uso do açúcar em pagamentos decorria diretamente da escassez de moeda metálica. A fixação do preço do açúcar e a imposição de seu curso forçado antecederam a redução do meio circulante ocorrida após as invasões holandesas e a queda do preço dos produtos exportados pelo Brasil na segunda metade do século XVII. Nesse sentido, a utilização do açúcar como meio de pagamento deve ser entendida primordialmente como um expediente político utilizado na mediação de conflitos que resultava na redução dos custos de transação e do ambiente de incerteza.

Dai e vos será dado: o patrimônio fundiário dos beneditinos na Bahia e em São Paulo (sécs. XVI-XVII) – Notas de pesquisa

Jorge Victor de Araújo Souza, UFF (CNPq)

Nesta comunicação apresentaremos alguns resultados parciais de nossa investigação de doutorado, temporariamente intitulada Entre o claustro e o engenho: inserção da Ordem de São Bento na América portuguesa (c.1580–c.1690). Pela limitação espacial, enfocaremos apenas as capitanias da Bahia e de São Paulo, apesar da pesquisa estar em estado avançado, tendo também

gerado dados sobre Pernambuco, Paraíba e Rio de Janeiro. Esta última foi analisada em outra ocasião (ARAÚJO SOUZA, 2008). Instalados na América portuguesa no final do século XVI, os beneditinos tornaram-se grandes proprietários de terras, imóveis e escravos. Parte significativa destes bens era oriunda das doações dos denominados “benfeitores”. Pretende-se demonstrar que a montagem do patrimônio monástico extrapolava uma simples exterioridade da fé.

Produção e comércio de tabaco em Minas Gerais e no Rio da Prata no século XVIII

Cristiano Corte Restitutti, PPGHE/USP

Este artigo demonstra como Minas Gerais passou de capitania importadora para exportadora de tabaco. Investigamos o tabaco como mercadoria de importação em Minas Gerais e como a capitania passou à auto-suficiência no abastecimento de tabaco. Apresentamos os números do comércio de tabaco de Minas Gerais para o Rio de Janeiro e daí para o Rio da Prata. Detalhamos as condições de oferta e demanda de tabaco no Rio da Prata e, por fim, averiguamos os diferenciais de preços entre as diferentes etapas do contrabando.

Da vocação à obrigação: a capitania de Ilhéus no mercado regional de farinha, séculos XVII – XVIII

Marcelo Henrique Dias, Universidade Estadual de Santa Cruz (Ilhéus, BA)

Análise do mercado da farinha de mandioca que articulava a capitania de Ilhéus a Salvador e seu Recôncavo, mercado este que assumiu um caráter estratégico para a administração colonial desde a intensificação das lutas contra os holandeses. O chamado “conchavo das farinhas”, ao estabelecer cotas mensais fixas que deveriam ser vendidas diretamente das vilas de baixo – Cairu, Camamu e Boipeba - à câmara de Salvador, concorria para a consolidação de um mercado regional, o qual permitiu a participação de pequenos produtores no sistema escravista. O estudo do funcionamento deste mercado terá como fundamento empírico as medidas reveladas nas correspondências, bandos e ofícios expedidos pelos governadores gerais e

pelos atas do Senado da Bahia no esforço cotidiano de garantir o abastecimento de farinha na capital a partir de meados do século XVII. Esta documentação indica alguns agentes e os mecanismos de comercialização colocados em prática neste mercado, assim como as formas de coação levadas a termo pelas autoridades coloniais visando a satisfação do “bem comum”.

Rebanhos em Minas colonial: análise comparativa da prática pecuarista nas comarcas de Vila Rica e Rio das Mortes

Carla Maria Carvalho de Almeida, UFJF (CNPQ e FAPEMIG)

A partir das informações coletadas nos inventários post-mortem, este trabalho pretende discutir algumas características da prática pecuarista em Minas Gerais colonial comparando a situação das comarcas de Vila Rica e Rio das Mortes. Buscaremos fazer uma análise da composição do rebanho existente nas duas regiões procurando estabelecer o tipo de gado predominante em cada uma delas e as alterações dessa composição no tempo. Além disso, faremos uma análise da frequência dos diversos rebanhos, de seu tamanho e de sua concentração nas propriedades, objetivando definir em que medida a atividade pecuarista poderia ou não ser considerada mercantilizada, sempre comparando as duas comarcas no tempo.

A propriedade escravista e o pequeno comércio no Termo de Vila do Carmo (Minas Gerais, 1720-1723)

Moacir Rodrigo de Castro Maia, UFRJ

O objetivo desse estudo é analisar a população do primeiro núcleo urbano mineiro, tendo como enfoque a propriedade escravista da Leal Vila de Nossa Senhora do Carmo nos primeiros anos da década de 1720. Analisaremos a “Relação dos escravos e vendas que se acham nesta Leal Vila de Nossa Senhora do Carmo e seus arredores” de 1723. Essa relevante documentação serviu, no passado, para arrecadar dos proprietários escravistas, dos homens e mulheres libertos e dos donos de vendas e lojas os Reais Quintos. O nosso estudo pretende inventariar os senhores e discutir a distribuição mancipial

pelos proprietários escravistas e investigar o número significativo de vendas e lojas estabelecidas. Pelos dados demográficos e principalmente da estrutura da posse escravista iremos comparar as informações existentes para as demais vilas, acentuando as proximidades entre os núcleos urbanos mineiros nesta fase de consolidação dos povoados.

Contrato, contratadores e descaminho da dízima da Alfândega do Rio de Janeiro (1726-1746)

Valter Lenine Fernandes, PPGH-UNIRIO

Este artigo analisa os mecanismos das condições e obrigações do contrato da dízima da Alfândega do Rio de Janeiro. Também enfoca a trajetória dos contratadores da dízima. Nessa perspectiva, enfatiza a ocorrência da prática do descaminho nas dependências do Mosteiro de São Bento e fora do Boqueirão para verificarmos a participação dos personagens responsáveis pelas frotas na institucionalização da sonegação da dízima.

A política tributária na periferia do Império português

Maria Lucília Viveiros Araújo, FEA/USP (FAPESP)

Propomos apresentar as diretrizes da política tributária da Coroa portuguesa, da criação do Erário Régio até sua transferência para o Brasil, e o papel dessa política fiscal no enriquecimento do grupo mercantil paulista. Partimos da idéia de que o estabelecimento da Junta da Fazenda Real em São Paulo com atribuições de supervisão e arrematação dos contratos do fisco reforçou o poder político dos capitães gerais e incrementou a formação e a participação de grupos locais de contratadores, porém, após o afastamento de Pombal, as mudanças de orientação do Erário Régio privilegiaram os negócios dos contratos em Lisboa, ainda assim, o negócio do fisco estimulou o comércio nos caminhos, fortaleceu as sociedades de contratadores da região e reforçou os laços entre negociantes, políticos e burocratas.

As contas da câmara de São João del Rei, 1719-1750

Fernanda Fioravante, UFRJ (CAPES)

O presente trabalho tem por objetivo discutir a receita e a despesa da câmara de São João del Rei entre os anos de 1719 e 1750. Para tanto, procurei realizar uma análise comparativa com outras câmaras em diferentes partes do Império Português, focando principalmente a câmara de Vila Rica entre os anos de 1721 e 1734. Assim sendo, foram pesquisadas as "relações de receita e despesa" das respectivas vilas.

Necessitas legem vincit: norma e prática da Fazenda Real na Bahia (1624-1654)

Wolfgang Lenk, Faculdade de Campinas - FACAMP

A antiga máxima do direito, "em necessidades não há leis", foi repetida em diferentes ocasiões por governadores e provedores da Fazenda Real da Bahia durante a guerra com os holandeses. As necessidades financeiras da defesa da Bahia exigiram uma reorganização da fiscalidade na capitania. Ao longo deste processo, o provedor-mór (e seu regimento, de viés fiscalista) passaram por anos difíceis, de isolamento político, até o extremo da perseguição. A superação da crise no ofício apenas ocorreu com a delegação de várias de suas funções ao Senado da Câmara de Salvador e com o exercício da "suavidade" no governo da Fazenda Real – i.e., o relaxamento das normas em favor da composição política com a fração mais poderosa dos senhores de engenho. O episódio oferece diferentes sinais da importância relegada pela Coroa para o bom relacionamento com os senhores da colônia, principalmente em seus interesses mercantis, com o explícito objetivo de manter a economia colonial do açúcar em funcionamento.

Contratos de direitos e tributos régios e o sistema colonial: I metade do Setecentos

Luiz Antônio Silva Araujo, UFRB

O artigo trata da atuação de negociantes lusitanos nas arrematações de contratos régios no setecentos. Um primeiro objetivo é apresentar um

processo de crescimento de nº de contratos e de fortalecimento da atuação dos negociantes lusitanos no processo, especialmente a partir da década de 1720. O segundo, é demonstrar a importância de se buscar a identificação das ações informais e da proteção régias para a ação dos negociantes, sinalizando-os como constitutivos do sistema colonial lusitano em relação à América.

O tráfico lisboeta de escravos na Costa da Mina (1676-1730)

Gustavo Acioli Lopes, Faculdade de Campinas – FACAMQue a Costa da Mina foi uma das áreas centrais da mercancia escravista pelos portugueses estabelecidos no Brasil

Que a Costa da Mina foi um das áreas centrais da mercancia escravista pelos portugueses estabelecidos no Brasil, há muito já se sabe. Permanece praticamente desconhecido dos pesquisadores, porém, o tráfico que os lisboetas encetaram desde o último quartel do século XVII, que partia da capital do império português, adquiria escravos no golfo da Guiné e destinava-se ao Brasil. Nesta comunicação, pretende-se indicar o ritmo e as características desta carreira negreira atlântica entre 1675 e 1730.

O comércio angolano no final do século XVIII e início do XIX: notas de estudo

Maximiliano M. Menz, FAPESP/UNIFESP

A comunicação apresenta os resultados preliminares de um estudo serial a respeito do comércio angolano no final do século XVIII e início do XIX. Comparando os números da balança comercial portuguesa com os registros da alfândega de Luanda, procura-se repensar certas interpretações correntes sobre o tráfico de escravos na economia atlântica portuguesa.

A sociedade portuguesa do século XVI e as raízes da desigualdade social no Brasil

Pedro Antônio Vieira, UFSC/ University of Maryland

O texto pretende defender a hipótese de que as causas mais profundas da desigualdade social do Brasil atual devem ser buscadas nas características da sociedade portuguesa do tempo das grandes descobertas. Para tanto, procuramos mostrar que na colônia americana a desigualdade social presente na Metrópole foi levada ao extremo, porque nela puderam operar quase livremente os quatro fatores, que intensificavam as desigualdades inerentes à hierarquia social metropolitana: ideal de nobreza, escravidão, preconceito contra a cor negra e desprezo pelo trabalho manual.

Um comerciante na fronteira sul do Brasil: a Corte, a guerra e o tributo

Marcia Eckert Miranda, Unisinos (RS)

O artigo aborda, através da reconstituição da trajetória da vida e negócios de Antônio Soares de Paiva, as diversas facetas de uma época de intensas transformações. A vida desse comerciante sul-rio-grandense serve de trilha para a reflexão sobre as novas relações econômicas e políticas construídas a partir da instalação da Corte no Rio de Janeiro em 1808 e sobre os impactos decorrentes do retorno desta a Lisboa em 1821.

Economia e demografia nas vizinhanças da capital de São Paulo (Atibaia, 1799-1829)

Déborah Oliveira Martins dos Reis, PPGHE/USP

Nossa atenção recai no processo de ocupação agrícola e no evoluir demográfico da localidade paulista de Atibaia, umas das localidades a compor o cinturão agrícola no entorno da capital de São Paulo. Privilegiamos o tema da agricultura de subsistência, tendo em vista que essa produção foi impulsionada e orientada com vistas ao auto-consumo e ao abastecimento de outros mercados, gerando considerável grau de mercantilização. São observados, em especial, aspectos relativos à posse de cativos, propriedade

de terras, atividades produtivas e produção, no período de 1799 a 1829. Para tal, apoiamos-nos, em fontes documentais primárias constituídas, mormente, pelas listas nominativas de habitantes e pelo inventário de bens rústicos.

A participação da família Ferreira Armonde na formação do espaço econômico mineiro

Antônio Henrique Duarte Lacerda, Arquivo Histórico de Juiz de Fora/UFF

Neste texto apresento as formas de acumulação de riqueza – heranças e atividades econômicas – de uma das mais abastadas famílias das Minas Gerais oitocentista, os Ferreira Armonde. Proponho acompanhar duas gerações dos Ferreira Armonde, quais sejam, Francisco Ferreira Armonde pai e Francisco Ferreira Armonde filho, acompanhando a evolução do patrimônio desta família que veio de Portugal no início do setecentos, sem muitos recursos, e se tornou uma das mais ricas família da então Comarca do Rio das Mortes, no início do século XIX, contribuindo na formação do espaço econômico mineiro.

Mercados de crédito e camadas de relacionamentos em uma rota mercantil: Viamão-Curitiba-Sorocaba, 1780-1810

Tiago Luís Gil, UFRGS

O objetivo deste trabalho é compreender a forma como os recursos circulavam, através do crédito, permitindo a realização dos negócios com animais no chamado “Caminho das Tropas”, entre Viamão e Sorocaba no final do século XVIII e início do XIX. Tendo como referencial as análises de redes sociais, proponho que a compreensão dos fluxos de crédito neste caso deve tomar em conta as diferentes camadas de relacionamentos, ou seja, os diferentes grupos formados pelos agentes econômicos que, com densidades variadas, se constituíam no principal “capital social” que um sujeito poderia dispor. Em termos práticos, estou pensando na forma como os agentes poderiam dispor de sua família, de sua comunidade ou de seus contatos mais amplos, através de estratégias diferenciadas, para obter sucesso em seus empreendimentos. Para tanto, utilizarei fontes diversas, na tentativa de rastrear o comportamento social.

RESUMOS

MÓDULO: BRASIL IMPÉRIO

The Anthropometric History of Brazil during the 19th Century

Joerg Baten, University of Tuebingen

Inês Pelger, University of Munich

Este estudo centra-se na história antropométrica do Brasil durante o século 19, e testa hipóteses de literatura sobre tendências do bem-estar social. Nós achamos que o Brasil não agrícola passou por momentos difíceis em meados do século, mas fez um progresso substancial na questão de alimentação entre os anos 1860 e 1880. O objetivo desse trabalho é estimar a renda per capita dos municípios brasileiros para meados da década de 1870 baseando-se nos dados de salários de servidores públicos municipais em 1876 publicados no Relatório e Trabalhos Estatísticos de 1878 (Brasil, DGE 1878), nos dados de qualificação eleitoral da população em 1874 publicados no Relatório e Trabalhos Estatísticos de 1875 (Brasil, DGE 1875) e nos dados demográficos do Censo de 1872 (Brasil, DGE 1876). A utilização de dados referentes a anos diversos justifica a referencia imprecisa ao período para o qual se estima a renda per capita. O modelo especificado supõe que o salário médio do servidor público municipal é uma proxy da produtividade do trabalho no município que, por sua vez, por meio de uma função de produção, é determinada por uma combinação de fatores demográficos (distribuição da população por sexo, idade, ocupação e condição escrava ou livre) e geográficos (distância do mar e atributos do solo, altitude, temperatura e precipitação) do município.

O mercado brasileiro do século XIX: uma visão por meio do comércio de cabotagem

Renato Leite Marcondes, FEA-RP/USP

O comércio marítimo consistiu na principal forma de circulação das mercadorias entre as capitanias e posteriormente províncias brasileiras até a

segunda metade do século XIX. Apesar da importância dos fluxos de comércio com o exterior, houve desde o período colonial intensa troca de bens entre as regiões brasileiras por via marítima. Uma parcela relevante destas trocas derivava de produtos destinados em última instância ao estrangeiro ou de mercadorias importadas do exterior. Entretanto, outra parcela decorreu de gêneros nacionais que não chegaram a ser exportados para o mercado internacional. Muitos víveres para o consumo colonial e imperial circularam pelas costas brasileiras em montantes expressivos. A partir das informações levantadas para o período imperial, especialmente as décadas de 1860 e 1870, verificamos que a maior parte das mercadorias comercializadas entre as províncias consistiu em produtos nacionais destinados ao consumo interno.

O comércio marítimo do Maranhão no século XIX

Ricardo Zimbrão Affonso de Paula, UFMA

Mário Roberto Melo Silva, UFMA

O seguinte artigo apresenta o movimento comercial marítimo da Província do Maranhão no século XIX, especificamente entre as décadas de 1840 e 1870. Este estudo se baseia nos movimentos de exportação e importação do comércio marítimo, tanto em relação ao exterior quanto ao comércio entre províncias. Além disso, identificamos os principais parceiros deste comércio, de acordo com os valores transacionados entre cada destino e origem. Outra variável apresentada diz respeito aos dois principais produtos exportados pela Província do Maranhão: o algodão e o açúcar.

As cidades escravistas brasileiras: algumas reflexões necessárias para os estudos de escravidão urbana

Luiz Carlos Soares, UFF

Neste trabalho, procuraremos realizar um debate historiográfico acerca do caráter ou da natureza das cidades escravistas brasileiras a partir de uma perspectiva de relação de interdependência entre cidade e campo, recusando as teses tradicionais que afirmam a supremacia daquela primeira

ou deste último na formação da sociedade escravista. Em nossa opinião, seria muito mais apropriado falarmos numa inter-relação ou relação de interdependência entre o “campo” e a “cidade” nas diversas áreas escravistas brasileiras e, talvez, até mesmo do continente americano. Interdependência esta que pressupõe uma divisão ou diferenciação espacial (geográfica) do trabalho e da organização político-social no conjunto da sociedade escravista.

Projetos territoriais para o império brasileiro. O caso da província fluminense

Fania Fridman, UFRJ

Maria Isabel de Jesus Chrysostomo, UFV

Este trabalho, inserido em uma linha de pesquisa em andamento desenvolvida no âmbito do Grupo de Estudos do Território e de História Urbana (Gesthu/Ippur/Ufrj), traz para o debate projetos esboçados a partir da idéia de nação amparada no discurso de união física e social e que tiveram no território seu eixo central. Interrogamos, através do papel desempenhado pela província do Rio de Janeiro em um cenário marcado por conflitos, de que maneira a sociedade imperial atendia àquelas demandas e em que termos os planos se diferenciavam daqueles implementados no período colonial. A análise fundamenta-se ainda em propostas de gestão apresentadas por representantes da elite brasileira, José Bonifácio de Andrada e Silva, Bernardo Pereira de Vasconcellos, Paulino José de Oliveira Soares de Souza e Tavares Bastos e nos programas efetivados na província fluminense.

Notas sobre as modificações na forma de aquisição de terras na área central da Mata de Minas durante a primeira metade do século XIX

Fernando Gaudereto Lamas, UFJF/UFF

O objetivo desse artigo é discutir o processo de transformação da terra em mercadoria na área central da Zona da Mata de Minas Gerais na primeira metade do século XIX. Para atingirmos tal intento faremos uso de

documentação cartorial uma vez que esta massa documenta pode ilustrar a utilização de terras como meio de quitação de dívidas, ou seja, como mercadoria. A análise inicial dessa documentação leva-nos a percepção de que o mercado de terras na área supracitada desenvolveu-se mediante o endividamento de uma parcela da população camponesa ali estabelecida desde o último quartel do século XVIII.

Carestia em meio à fartura: a fome como negócio no Brasil urbano nos anos 1850

Artur José Renda Vitorino, PUC-Campinas

Uma forte carestia tomou conta dos centros urbanos brasileiros durante quase toda a década de 1850 – mas com mais intensidade no segundo lustro dessa década. Contrária à opinião mais corrente da época, que afirmava ser a carestia um efeito de falta de braços para a lavoura após o fim do tráfico negreiro, o que ocorreu foi fartura controlada pelo cartel e monopólio. Mesmo em meio à abundância, o cartel e o monopólio impunham altos preços aos produtos de primeira necessidade.

Primeiros passos e primeiros problemas da questão ferroviária no Brasil (1835 – 1852).

Rafael da Costa Natera, IE/UNICAMP

Hernani Maia Costa, IE/UNICAMP

Nesse artigo propomos a análise das primeiras propostas e tentativas no campo ferroviário brasileiro. Entender quais são as dificuldades que se impõem e os conflitos entre os diferentes interesses políticos para a implantação da ferrovia no Brasil eis o ponto central de nossa análise. Debruçamos-nos sobre os Anais do Senado do Império do Brasil para detectar os motivos que levam parte significativa e importante da elite imperial a rejeitarem ou proporem a ferrovia como uma solução para as dificuldades porque passava o Império. Procuramos mostrar como se dá o amadurecimento da questão ferroviária entre 1835, data da primeira lei ferroviária, e 1852, ano em que se torna propícia a construção de ferrovias no Brasil.

Justificativas históricas para a expansão ferroviária em Minas Gerais (século XIX): notas sobre o processo de formação do mercado interno

Welber Luiz dos Santos, UFOP

O presente artigo tem como objetivo primordial demonstrar as razões econômicas para a implantação de ferrovia em Minas Gerais, no século XIX, em região não cafeeira. Entendemos que a construção da Estrada de Ferro Oeste de Minas, que teve como traçado original os vales dos rios das Mortes e Pará, rumo ao vale do Rio São Francisco, na área da Serra da Canastra, foi resultado da acumulação mercantil em região não exportadora. A conexão entre o oeste de Minas e o Rio de Janeiro, tendo como entreposto comercial a cidade de São João del-Rei, foi um dos principais fatores a possibilitar o dinamismo econômico que levou à acumulação e à possibilidade de dotar tal conexão com meios de transporte modernos.

Ferrovias, agricultura e mão-de-obra no Brasil (1850-1890)

Maria Lúcia Lamounier, FEA-RP/USP

Em 1850, a extinção do tráfico internacional de escravos intensificou a crise de mão-de-obra e o problema de encontrar fontes alternativas de trabalhadores que sustentassem a crescente agricultura de exportação. Em 1852 foram aprovadas medidas efetivas para a construção de ferrovias no nordeste e no sudeste do Brasil. Até 1890, milhares de quilômetros de ferrovias foram construídos no país, especialmente na província de São Paulo. Este texto analisa a natureza e as condições de trabalho nas obras de construção das ferrovias e as políticas de recrutamento das companhias ferroviárias nessa economia de exportação baseada no trabalho escravo. O emprego de trabalhadores escravos, desafiando a legislação vigente na época, e de trabalhadores estrangeiros e brasileiros contratados sob condições e legislações repressivas revelam as dificuldades de inserção de instituições capitalistas “modernas” em uma sociedade em que atitudes com relação ao trabalho eram largamente condicionadas pela existência da escravidão e pela agricultura voltada para exportação.

As estradas paulistas, 1835-1870

Bruna de Jesus Barbosa da Silva, FEA/USP

O crescimento econômico da província de São Paulo no início do século XIX necessitava de um sistema de transportes eficiente. A precariedade das estradas causava dificuldades à expansão econômica da província. Entre 1835-1870, período contemplado por esse trabalho, diversas medidas foram tomadas para tentar melhorar as condições das vias de comunicação paulistas. Entre elas estavam a criação das barreiras que recolhiam taxas dos usuários das estradas, a formação do Gabinete Topográfico e da Diretoria de Obras Públicas, além do engajamento de trabalhadores europeus. Com a inauguração da ferrovia em 1867, a dinâmica das estradas de tropas e rodagem foi alterada, mas ainda contribuíam para o escoamento das produções paulistas.

Contribuição ao estudo das finanças públicas da província de Minas Gerais

Philippe Scherrer Mendes, UFJF

Marcelo Magalhães Godoy, Cedeplar/UFMG (FAPEMIG)

O objetivo é a apresentação de panorama das finanças públicas da província de Minas Gerais. O estudo estrutura-se em dados recolhidos principalmente em dois repertórios documentais: os Relatórios dos Presidentes de Província e as Leis Mineiras. Após considerações introdutórias, na segunda seção discute-se a evolução no tempo da estrutura da administração da Fazenda Provincial. Na seqüência, analisa-se a estrutura da receita provincial, com destaque para os tributos mais importantes e as dificuldades na organização de sistema de arrecadação. Na quarta seção, examina-se a estrutura da despesa provincial, com ênfase nas principais rubricas e a participação relativa no transcurso do período. Procura-se salientar, no quadro geral das despesas, a posição dos gastos com transportes, especificamente com a construção de pontes e estradas e as subvenções pagas a companhias ferroviárias. Com as considerações finais pretende-se síntese dos principais resultados e a apresentação de agenda de futuras pesquisas.

As leis orçamentárias e a estrutura tributária dos municípios paulistas, 1834-1850

Luciana Suárez Lopes, FEA/USP

Neste trabalho, estudam-se as fontes de renda dos municípios da Província de São Paulo no período 1834-1850. O marco inicial é a instituição da Assembléia Legislativa Provincial, responsável por gerir as finanças públicas das diversas localidades paulistas do período. Como objetivos destacam-se a análise das fontes de renda e a identificação de possíveis padrões de arrecadação. Utiliza-se como fontes documentais o conjunto de leis do período, em especial as leis orçamentárias municipais.

Catando as migalhas da mesa do Barão: reflexões acerca das estratégias administrativas e seu impacto na comunidade escrava – o caso do Barão de Santa Justa (Rio de Janeiro, 1873- 1884)

Carlos Engemann, UFRJ

Este trabalho investiga características desenvolvidas pela comunidade formada pelos escravos pertencentes ao barão de Santa Justa. Baseado em informações do inventário do barão e por registros do livro de batismos de escravos da Freguesia de São Pedro e São Paulo, foram exploradas possibilidades na análise de compreensão da dinâmica escravista desenvolvida pelo barão em suas propriedades. O cruzamento das informações contidas em duas fontes diferentes, inventário e livro de batismos, proporcionou o traçado de uma ampla rede de conexões sociais.

O avanço da economia mineira em terras paulistas: o município de Franca-SP (1820-1920)

Lélio Luiz de Oliveira, UNESP

Este trabalho tem como objetivo demonstrar as transformações das atividades econômicas empreendidas no município de Franca-SP, entre 1820-1920, as formas de acumulação da riqueza pelos proprietários da região, bem como a influência da migração e das práticas mineiras em solo paulista.

O silêncio da lei e o direito costumeiro: a prática da alforria e a Lei 2.040/1871

Arethusa Helena Zero, IE/UNICAMP

O presente artigo pretende demonstrar como se deram as alforrias em Campinas diante das mudanças ocasionadas pelas leis abolicionistas, sobretudo após a promulgação da Lei 2040 de 28 de setembro de 1871, também conhecida como “Lei do Ventre Livre”. Após sua promulgação, houve um grande aumento no número de escravos que buscavam a justiça para tentar conseguir a liberdade. Através das ações de liberdade, perceberemos como a concessão senhorial apareceu em segundo plano e ganhou força a conquista do escravo, através de investimentos individuais e coletivos na busca de sua liberdade.

Liberdade, terra e disputas. A trajetória dos libertos de Pedro Marçal da Costa e Porcina Angélica de Jesus. (Mar de Espanha – Vale do Paraíba mineiro, 1866-1923)

Elione Silva Guimarães, Arquivo Histórico de Juiz de Fora/UFF

Neste texto acompanho a trajetória de alguns dos libertos de Pedro Marçal da Costa e Porcina Angélica de Jesus, que alforriaram parte de seus cativos e deixaram para eles um pedaço de terra. Sigo as possibilidades de usos e ocupação das terras pelos forros, através de fontes múltiplas, e os conflitos por eles vivenciados para garantir a manutenção da propriedade. As histórias analisadas aconteceram em Mar de Espanha, na Zona da Mata de Minas Gerais, entre os anos de 1866 a 1923.

Demografia escrava e produção econômica na Zona da Mata mineira: 1831 – 1888

Luiz Fernando Saraiva, UFRB

Rita de Cássia da Silva Almico, UFRB

A Zona da Mata mineira constitui-se ao longo do dezenove na região mais dinâmica dentro da complexa economia das Minas Gerais. A expansão da cafeicultura pela região irá consolidar uma estrutura agrária e social marcada pelo predomínio da grande unidade produtiva e pela presença expressiva dos escravos ligados a este setor. O trabalho apresentado busca acompanhar esta expansão relacionando a importância que a escravidão teve na dinâmica das fazendas, na composição das fortunas e na própria construção de uma identidade possível para a região.

População e agricultura na passagem da colônia para o Império. Um estudo comparado de três localidades paulistas (Campinas, Lorena e Mogi das Cruzes, 1774-1829)

Paulo Eduardo Teixeira, UNESP

Renato Leite Marcondes, FEA-RP/USP

A agricultura paulista apresentou uma significativa expansão durante o final do século XVIII e início do XIX. Analisamos três localidades representativas da expansão agrícola nesse momento: Campinas, Lorena e Mogi das Cruzes, respectivamente. Realizamos este estudo num plano mais geral da demografia e agricultura dessas áreas, baseado nas suas listas nominativas de habitantes. Por fim, verificamos um padrão de desenvolvimento campineiro em maior intensidade do que Lorena e Mogi das Cruzes, tanto em termos do crescimento e da posse dos cativos como em relação ao valor total da produção agrícola, decorrente de características específicas dos locais e do desenvolvimento dos produtos em questão.

Domicílios e moradores de uma vila paulista. Franca-SP, século XIX.

Maísa Faleiros da Cunha, UNICAMP

Neste trabalho iniciamos por analisar a composição dos domicílios francanos em 1836 e, em seguida, o tamanho e a estrutura dos domicílios chefiados por livres e as relações familiares e de subordinação estabelecidas entre os seus habitantes e o chefe. Ademais, caracterizamos a estrutura da população escrava por sexo, idade, origem africana e crioula no decorrer da primeira metade do século XIX a fim de realizarmos um exercício de caráter metodológico, comparando as informações coletadas em inventários post mortem no período 1811-1850 e os dados censitários referidos a um momento específico (1836). Demonstramos que os dados provenientes das duas fontes citadas, ainda que com recortes temporais distintos apresentaram tendências semelhantes quanto à estrutura demográfica dos cativos.

A estrutura e composição da riqueza familiar no sul de Goiás, 1850-1910

Hamilton Afonso de Oliveira, UEG (FAPEG)

O objetivo central deste trabalho é fazer uma análise das fortunas e os bens adquiridos ao longo da vida pelas famílias que viviam na região sul de Goiás entre 1850-1910. Tratam-se, principalmente, de bens imóveis, semoventes, dívidas passivas e ativas e bens móveis importantes ou mesmo de fraco valor monetário. A partir de uma de 518 inventários post-mortem da região, pretende-se também mostrar que havia uma conexão da região sul de Goiás com região sudeste à medida que ocorre a interiorização dos trilhos da Estrada de Ferro Mogiana e Estrada de Ferro Goiás em direção à região Centro-Oeste, contribuíram para a ampliação do mercado consumidor e crescimento da produção agropastoril de Goiás a partir dos fins do século XIX e primeiras décadas do século XX. A produção gradativamente passou a transcender a necessidades de abastecimento familiar e ocorreu um relativo crescimento do consumo de mercadorias industrializadas na região.

**“Relação dos Habitantes do Distrito de Santo Antonio do Juiz de Fóra ...”:
as Listas Nominativas de 1831 e algumas características de sua população**

Jonis Freire, Cecult/UNICAMP

O presente trabalho tem como objetivo traçar algumas características das populações livre e cativa do Distrito de Santo Antonio do Juiz de Fora (atual Juiz de Fora), situado na Zona da Mata Mineira, tendo como fonte principal as Listas Nominativas de 1831/32. A partir das variáveis apresentadas nesta fonte, procuramos tecer considerações acerca dos fogos/domicílios, bem como dos indivíduos (livres/escravos/libertos). Apesar de apresentar dados sobre população do Distrito em um momento específico, a análise das Listas permitiu conhecer aspectos da formação do local, dos chefes de domicílio, seus escravos e agregados. O estudo de determinadas variáveis demográficas possibilitaram perceber que a localidade, que veio a se constituir como a maior produtora de café e possuidora de cativos das Minas Gerais, esteve fortemente ancorada em uma população escravizada e de origem africana.

A mão-de-obra escrava e livre como fator de produção no Paraná Provincial

Fernando Franco Netto, UNICENTRO

A presente pesquisa trata de avaliar a formação da sociedade paranaense durante o período final do século XVIII e boa parte do século XIX. A estrutura econômica e social estava alicerçada primeiramente na atividade da mineração que com o tempo cedeu espaço para as atividades da pecuária e da lavoura de alimentos, bem como a extração de erva-mate. Sua ocupação é resultado do dinamismo das regiões mais desenvolvidas da colônia, e a atividade da mineração foi predominante para implementar os primeiros núcleos urbanos na região. A procura por metais, como o ouro e a prata, é fator fundamental para a criação de núcleos populacionais na região. A fronteira extensa proporcionou ao império brasileiro preocupações quanto à defesa territorial e à expansão econômica da região. Com a decadência das atividades de mineração, criam-se as condições para que uma importante parcela da população se volte para os Campos Gerais por satisfazerem suas necessidades de sobrevivência. Surge, então, a atividade da pecuária, cuja expansão absorve esta camada da população envolvida no trabalho da mineração. Com essas condições, a mão-de-obra livre e escrava tiveram papéis fundamentais na formação da sociedade do Paraná, estruturando e consolidando o mercado interno e dando o suporte para o desenvolvimento da região.

Trajetórias de proprietários em áreas sulistas de abastecimento (1805-1862)

Carlos Alberto Medeiros Lima, UFPR

Rogério Pereira da Cunha, UFPR

A historiografia já mostrou sobejamente a ascensão muito forte por que passaram as atividades voltadas para o abastecimento durante o final do século XVIII e início do seguinte. Mostrou também que isso teve enormes impactos no Sul. O objetivo aqui é o de observar variedades intrarregionais de trajetos de atividades e localidades no meio da curva para o alto que afetava todos eles. Para tanto, levamos em conta informações a respeito de dois proprietários abastados, de acordo com os padrões locais: Domingos Ináco de Araújo, de Palmeira, e Francisco de Oliveira Camacho, de São Francisco do Sul. Enfatizamos as relações de ambos com a posse de escravos, com a atividade mercantil, com a propriedade da terra e com o próprio mercado de abastecimento.

De Corrêa à Guimarães: Jundiá e o enriquecimento no tropeirismo (1827-1850)

Gustavo Pereira da Silva, IE/UNICAMP

O trabalho aborda a transformação da capitania de São Paulo, que passou de uma região de comércio de abastecimento às Minas Gerais durante grande parte do século XVIII, para uma economia agrícola de exportação na primeira metade do século XIX. O açúcar será o produto que consolidará esta transição e diversas vilas do Oeste Paulista contribuiram para tornar esta região na maior produtora de açúcar em São Paulo. Jundiá exibe as características de uma vila açucareira, mas que não restringia-se às atividades agrícolas. Nesta localidade, os tropeiros foram figuras fundamentais que interligaram a produção de regiões distantes. Os donos de tropas e seus empregados se valeram desta conjuntura de transição para galgar postos e adentrar na elite paulista da primeira metade do século XIX, acumulando riqueza nos serviços de transportes e, posteriormente, formando propriedades agrícolas, como trajetória de Antonio de Lacerda Guimarães.

Comerciantes locais, acumulação e estratificação social em Minas Gerais no século XIX

Leandro Braga de Andrade, Doutorando

O objetivo do texto apresentado é estudar a função do comércio regional nas articulações mercantis e também na hierarquia social em Minas Gerais. O comércio de produtos regionais e importados obteve capacidade acumulação suficiente para gerar uma elite local. Na cidade de Mariana, um grupo de grandes comerciantes articulava a circulação desses produtos e do controle do crédito informal, conferindo-lhes certo prestígio. Na análise foram utilizadas Relações de Casas de Negócio do ano de 1836, as listas de habitantes das décadas de 1820 e 1830, inventários post mortem e registros de escravos na polícia da corte do Rio de Janeiro. A trajetória dos negociantes de Mariana não indica inversão dos investimentos para terras e escravos, mas manutenção no tempo do investimento no setor comercial.

Dinâmicas mercantis: Gervásio Pereira Alvim no comércio entre a Província de Minas Gerais e a Corte do Rio de Janeiro (c.1850 -1880)

Paula Chaves Teixeira, UFF (ICAM-USIMINAS)

O artigo pretende analisar as trocas mercantis realizadas entre praças geograficamente distantes, dando ênfase para a dinâmica das relações estabelecidas entre a província de Minas e a Corte, os negócios entre mineiros e cariocas, na segunda metade do século XIX. Para tanto, serão trabalhadas as correspondências do fazendeiro Gervásio Pereira Alvim com negociantes situados no Rio de Janeiro e São João del Rei.

A difusão da Economia Política no Brasil no século XIX

Mônica de Souza Nunes Martins, UFRRJ

O artigo trata do surgimento da Economia Política no Brasil, a partir das publicações de José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, que divulgou as primeiras obras referentes ao tema ainda no período colonial. Foi no período joanino que houve também a primeira designação real para a

implementação de aulas de economia política na colônia, além das medidas liberalizantes adotadas pelo Príncipe Regente que colocavam em prática algumas das diretrizes mais avançadas do pensamento liberal em plena economia escravista colonial.

Um projeto econômico: análise do Jornal Tribuna Militar (1881-82)

Guillaume Azevedo Marques de Saes, FFLCH/USP

O objetivo desta comunicação é analisar as posições do jornal militar **Tribuna Militar** (1881-82) no que diz respeito a questões econômicas, e mais especificamente a assuntos relativos ao desenvolvimento e à industrialização. Este periódico, publicado no Rio de Janeiro no início da conturbada e decisiva década de 1880, defendia a transformação do Brasil de país agrícola e exportador de produtos primários em país industrial, e é para nós um indício de que por trás da ação do movimento militar que depôs a monarquia em 1889 havia um projeto de país contestando a ordem agrária e escravista do Império.

Banco do Brasil: estatutos comparados (1808, 1833, 1853)

Thiago Fontelas Rosado Gambi, PPGHE/USP

Este texto compara os estatutos dos três Bancos do Brasil estabelecidos entre 1808 e 1853. Pretende-se observar as motivações que levaram à constituição desses bancos e seu reflexo nos estatutos, assim como a influência ou não das experiências anteriores nos estatutos posteriores. Para isso, discute-se inicialmente as motivações que levaram às propostas de criação dos bancos. A seguir, os estatutos dos três bancos são comparados, a fim de explicitar a relação entre as motivações e a elaboração dos estatutos. Por fim, aborda-se a questão da influência das experiências anteriores nos estatutos posteriores.

Montepios e Auxílio Mútuo no Brasil Império

Luiz Fernando Saraiva, UFRB

Rita de Cássia da Silva Almico, UFRB

O trabalho visa discutir a criação de associação de pecúlio e auxílio mútuo no Brasil Imperial, a partir de três dessas associações: O Montepio Geral de Servidores do Estado, o Montepio Casa dos Artistas de Salvador e a Sociedade Montepio dos Artistas Cachoeiranos. A idéia é iniciar uma discussão sobre o papel dessas instituições e sua função para as parcelas da sociedade que delas faziam parte.

RESUMOS

MÓDULO: BRASIL REPÚBLICA

Da arte de conhecer as doenças. O Diagnóstico da Economia Mineira de 1968 e o planejamento do desenvolvimento de Minas Gerais

Marcelo Magalhães Godoy, Cedeplar/UFGM

Daniel Henrique Diniz Barbosa, Instituto Federal de Minas Gerais/PPGHE/USP

Lidiany Silva Barbosa, PPGHS/UFRJ

O tema do desenvolvimento regional politicamente orientado destaca-se na História Econômica de Minas Gerais na República. Desde o início do século XX, e no transcurso das mais importantes etapas da transformação do sistema econômico brasileiro, a superação do subdesenvolvimento e da posição periférica do estado constituiu-se em prioridade para as elites mineiras. Entende-se, por razões diversas e que se procurará demarcar, que é imperativo o estudo do Diagnóstico da Economia Mineira, publicado em 1968, pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, se o objetivo é compreender as vicissitudes da evolução econômica do estado. Pretende-se ressaltar o significado deste documento, mormente as longevas filiações institucionais e matrizes teóricas que lhe forneceram legitimidade e o fez consentâneo com o seu tempo. O texto se estrutura em três partes: i) descrição e análise do documento; ii) breve histórico sobre o desenvolvimentismo em Minas; iii) apresentação de 4 estudos do Diagnóstico: transportes, energia elétrica, indústria açucareira e siderurgia.

A estrutura produtiva industrial do estado do Espírito Santo – 1990 a 2005

Erika da Cunha Ferreira Gomes, IE/UNICAMP

O presente trabalho faz parte de um amplo projeto de investigação acerca do processo de Desconcentração Regional Produtiva, observado no Brasil desde a década de setenta, e que repercutiu diferenciada nas diversas regiões brasileiras. Entretanto, o objetivo da pesquisa foi analisar, sob esse contexto,

as mudanças ocorridas na estrutura produtiva do estado do Espírito Santo, a partir de 1990. Diferentemente de outras unidades da federação, que apresentaram resultados mais modestos, o estado capixaba se beneficiou economicamente, crescendo, inclusive, acima da média nacional no período. Procurar-se-á aqui responder algumas das causas desse crescimento, o modo pela qual essa estrutura se organizou e como isso esteve, de certo modo, em concordância com as mudanças na macroeconomia nacional e internacional.

A indústria do Nordeste na dinâmica regional brasileira: um resgate dos aspectos históricos ao movimento de desconcentração regional

Christiane Luci Bezerra Alves, Universidade Regional do Cariri – URCA (CE)

A constituição da indústria nordestina passa por diferentes momentos que se encontram atrelados à dinâmica maior verificada na economia brasileira. O objetivo inicial deste trabalho é descrever o processo de constituição de tal indústria, dando destaque à mudança na política de caráter regional do país, consubstanciada na transferência de capitais produtivos para a região, através de uma política de incentivos fiscais e financeiros. Ressalta-se que após um século de concentração industrial no estado de São Paulo e de polarização na sua área metropolitana, nas últimas décadas esse processo foi invertido, iniciando um movimento de desconcentração industrial para várias regiões do país. Resgatar esse processo, que se materializa na economia brasileira na década de 1970, é, portanto, o segundo objetivo desse artigo.

Dinâmica econômica recente e reestruturação produtiva no Rio Grande do Norte (1970/2000)

Marconi Gomes da Silva, UFRN

Tem-se como propósito no presente trabalho, o estudo das transformações da economia do Rio Grande do Norte nas últimas três décadas do século XX. A objetivação de tal propósito implicou apresentar o processo de reestruturação das atividades preexistentes, bem como a emergência de novas atividades que imprimiram “novas dinâmicas” à economia estadual, fazendo com que a economia potiguar passasse da condição de economia fundada em atividades agropecuárias e extrativas à de economia baseada em

atividades urbanas. A hipótese central do trabalho é que o Estado teve papel preponderante na configuração e reconfiguração espacial da produção no Rio Grande do Norte nas décadas estudadas. O trabalho baseia-se em revisão da literatura que estuda a economia potiguar em parte do período estudado, bem como em dados publicados pelo Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A dinâmica da industrialização: energia elétrica (1890-1920)

Alexandre Macchione Saes, Universidade Federal de Alfenas (MG)

O presente artigo discute a dinâmica da industrialização brasileira tendo como preocupação central a análise da introdução da energia elétrica na indústria. Ao colocar em destaque o papel da energia elétrica no processo de industrialização identificamos mais um elemento fundamental em sua determinação: a energia elétrica responsável pela transformação da unidade industrial e pelo barateamento dos custos de produção. Ademais, comparando a evolução dos dois principais centros industriais brasileiros na transição para o século XX (assim como os dois maiores produtores de energia elétrica do país), Rio de Janeiro e São Paulo, é possível identificar a importante determinação da energia elétrica na expansão industrial e perceber como os projetos empresariais da canadense Light interferiram na diferenciação da evolução industrial das duas regiões.

A Grande Depressão e o setor de bens de capital no estado de São Paulo: uma revisão

Michel Deliberali Marson, FEA/USP

O objetivo deste artigo é fazer um resgate ao tema da industrialização e tentar responder algumas questões em aberto na historiografia econômica sobre a indústria de bens de capital (indústria de máquinas, metalúrgica, de transporte e elétrica) no processo de industrialização no estado de São Paulo na década de 1930. Qual a importância da década de 1930 para o processo de industrialização no estado de São Paulo? Quais as mudanças na estrutura industrial nesta década? Quais as mudanças na estrutura da própria indústria de bens de capital? Tentaremos contribuir com a historiografia tratando do debate na qual os efeitos da Grande Depressão da década de 1930 foram favoráveis ou não para a indústria de bens de capital.

A política dos industriais brasileiros diante da regulamentação do mercado (1919 - 1930)

Marcos Alberto Horta Lima, FESB

Ao criticarem a regulamentação do mercado preconizada pelo Estado brasileiro (1919 – 1930), os representantes da indústria não defenderam o mercado pelo mercado como meio de normalizar as relações com o operariado. Defenderam a organização de trabalho que caracterizou a indústria têxtil do período – dispor ao operário moradia e benefícios sociais ao redor da unidade de produção - como meio ideal para atingir maior produtividade e integração do operário à ordem do capital.

Crédito, especulação e acumulação nos negócios mercantis. Rio de Janeiro: 1842-1857

Marcia Naomi Kuniuchi, UFRGS

Na década de 1850, o capital empregado no tráfico passou a ser investido na economia cafeeira, em expansão, e na criação de fundos para os novos bancos de emissão. Neste artigo, deve ser analisado se, no âmbito dos negócios privados, cujas transações eram sustentadas pelo manuseio de letras de câmbio e de crédito, passadas pelos agentes mercantis, que sustentavam o grande comércio, os negócios de crédito sofreram o impacto da criação desses novos bancos.

Crédito e finanças em uma sociedade cafeeira

Anderson Pires, UFJF

Este trabalho procura demonstrar a existência de um mercado de crédito e capitais em uma região que pode ser entendida como marginal na distribuição geral da produção cafeeira no Brasil - a Zona da Mata de Minas Gerais. O Trabalho demonstra que entre os distintos instrumentos financeiros existentes no período muitos foram utilizados pela transferência direta de recursos entre a cafeicultura e o setor industrial. A presença de fazendeiros adquirindo títulos industriais como ações e debêntures ou mesmo fornecendo recursos para as indústrias mediante o mercado hipotecário, demonstra que mercados financeiros informais destituídos de bolsas de valores ou bancos oficiais podem ter se colocado como importantes espaços de transferência de recursos entre a agricultura de exportação e o crescimento industrial, viabilizando o desenvolvimento do próprio setor industrial e, assim, a transição capitalista na região.

O volume de crédito no Brasil entre 1996-2007: um estudo sobre os fatores que influenciaram a trajetória recente do crédito no Brasil e algumas considerações sobre o financiamento empresarial

Alex Nery Caetité, UNESP

Eduardo Strachman, UNESP

Esse artigo apresenta a trajetória do volume total de crédito no Brasil entre os anos 1996-2007. O período é dividido em três quadriênios sendo os dois primeiros caracterizados pela estabilidade do volume de crédito e o último pela evolução consistente desse volume. São feitas algumas considerações sobre as causas dessas trajetórias com destaque para as crises internacionais e nacionais e as regulamentações adotadas pelas autoridades financeiras. Na segunda parte do trabalho discute-se, com um pouco mais de detalhe, a trajetória do financiamento empresarial no mesmo período (1996-2007) com detalhes sobre as principais formas e os instrumentos alternativos de financiamento empresarial.

Bancos e crédito no Brasil: 1945-2008

Fernando Nogueira da Costa, IE/UNICAMP

O texto aborda a história bancária brasileira do período subsequente a Segunda Guerra Mundial até os dias atuais. Apresenta seis fases da história da moeda e dos bancos no Brasil. A fase 2003-2008 está marcada na história bancária brasileira como a de acesso popular a bancos e crédito.

Moeda indexada, indexação financeira e os limites da estabilidade monetária no Brasil

Giuliano Contento de Oliveira, IE/UNICAMP

O artigo discute a evolução do arcabouço institucional da moeda indexada e da indexação financeira no Brasil, apontando para os limites do Plano Real. Sustenta-se que a parcialidade do plano de estabilização monetária, decorrente da não supressão de um dos principais pilares de sustentação do regime de alta inflação, a saber, a indexação financeira, se por um lado se mostrou funcional ao propósito do estancamento do processo inflacionário, por outro contribuiu para tornar o sistema financeiro pouco subserviente ao financiamento do desenvolvimento, além de provocar outras anomalias.

Apontamentos acerca do trabalho e do avanço da fronteira agrícola em São Paulo entre 1917 e 1937

Rogério Naques Faleiros, CCJE-UFES

O objetivo deste texto é sistematizar algumas das conclusões apresentadas em "Fronteiras do café: fazendeiros e 'colonos' no interior paulista (1917-1937)", tese de doutoramento defendida no Instituto de Economia da Unicamp em dezembro de 2007. Verifica-se no período, em função das políticas de valorização dos preços do café e de uma legislação amplamente favorável à apropriação privada de terras públicas, um crescimento vertiginoso do número de cafeeiros plantados, notadamente nas zonas de recente exploração (Noroeste, Alta Araraquarense e Alta Sorocabana). A partir desta expansão, apresentamos sucintamente algumas considerações

acerca das relações de trabalho estabelecidas nas diversas regiões pesquisadas. Utilizamos como fonte as escrituras de contratos de formação e trato de cafeeiros lavradas em cartórios.

A exigência sazonal de mão-de-obra na agricultura e o trabalho temporário dos nacionais (São Paulo, 1890-1915)

Cláudia Alessandra Tessari, UNESP

Este trabalho mostra a importância de se levar em conta uma peculiaridade da atividade agrícola – a exigência sazonal de mão de obra – para entender aspectos da transição da escravidão para o trabalho livre em São Paulo, especialmente no que se refere ao trabalhador nacional. Tanto os trabalhos da agricultura para exportação quanto os da agricultura de subsistência apresentavam picos de alta e baixa necessidade de trabalho, o que afetava diretamente o modo como se dava tanto a oferta quanto a demanda de mão de obra no mundo agrícola paulista, implicando na generalização na bibliografia no “quase não-trabalho” dos nacionais. Este artigo coloca em discussão esta questão, mostrando que o trabalho dos nacionais não era “residual” e “marginal” mas estrutural.

O Salário Mínimo no mercado de trabalho brasileiro

Claudio Salvadori Dedecca, IE/UNICAMP

Desde meados da década de 90, o salário mínimo tem tido centralidade na política pública de emprego e renda no Brasil. Hoje, aproximadamente 60% dos ocupados têm sua remuneração evoluindo de modo associado ao piso legal. A valorização do salário mínimo tem favorecido os estratos inferiores, mas ampliado sua importância para a estrutura salarial. Estes movimentos têm alargado o papel do salário mínimo no mercado nacional de trabalho, levando que a remuneração legal assumira uma função para além da proteção do rendimento dos ocupados de baixa qualificação. O ensaio analisa a trajetória do salário mínimo no processo de desenvolvimento brasileiro, com foco na política recente de valorização do piso legal, apontando sua relevância para a proteção dos baixos rendimentos, mas como a crescente importância da remuneração legal reitera a situação de economia fundada nos baixos salários.

Sistema de proteção social brasileiro: análise de sua trajetória até a abertura democrática

Julianne Alvim Milward, UFRJ

O estudo visa reconstituir a trajetória de formação e desenvolvimento do sistema de proteção social brasileiro até meados da década de 80, quando se deu a fase de abertura democrática no país e a necessidade de se forjar um Sistema como até então não existia no país, implantado por meio da promulgação da última Constituição, em 1988. A compreensão do período anterior a tentativa de resgate da dívida social se coloca como objetivo desse trabalho. A reconstituição dessa trajetória visa compreender o jogo, as regras, os atores e as instituições que conformaram esse Sistema, por meio de um viés conceitual institucionalista econômico. A pesquisa essencialmente bibliográfica teve em vista os atores e suas interações quanto a defesa de seus interesses políticos e econômicos inseridos em uma moldura historicista. Conclui-se que a Previdência Social constituiu, no Brasil, desde os anos 30, o eixo da institucionalidade organizadora de políticas sociais de âmbito nacional.

A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e a barganha externa do segundo governo Vargas

Danilo José Dalio, UNICAMP (FAPESP)

Shiguenoli Miyamoto, UNICAMP

O texto analisa a dinâmica das relações Brasil - Estados Unidos durante o segundo governo Vargas à luz das negociações diplomáticas travadas em torno da Comissão Mista Brasil-EUA para o Desenvolvimento Econômico. Observa-se que as decisões brasileiras sempre estiveram pautadas por uma estratégia de barganha que previa a colaboração econômico-financeira e técnica norte-americana ao Brasil em retribuição à cooperação político-militar do governo Vargas aos Estados Unidos. Contudo, tal estratégia esmoreceu-se à medida que o conflito coreano chegou ao fim e o governo de Washington garantiu o apoio estratégico-militar brasileiro antecipadamente. O encerramento da Comissão Mista evidenciou, sobretudo, a assimetria de poder nas conversações entre os dois países, e as perspectivas divergentes acerca do desenvolvimento econômico no pós-guerra.

O BNDE e a execução do Plano de Metas: 1956/60

Hildete Pereira de Melo, UFF

Ana Claudia Caputo, Petrobrás

Victor Leonardo de Araujo, UFF

Glória Maria Moraes da Costa, ESPM

O objetivo deste estudo é analisar a trajetória do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) durante o governo de Juscelino Kubitschek, partindo da hipótese de que esta instituição foi locus privilegiado das ações desenvolvimentistas e que na execução do Plano de Metas o BNDE se consolidou enquanto importante agência de fomento e foi um dos principais promotores do processo de industrialização brasileiro. Esta análise baseou-se nos documentos produzidos pelo Departamento Econômico do Banco, intitulados Exposições sobre o Programa de Reparelhamento Econômico, nos relatórios do Conselho de Desenvolvimento, da Comissão BNDE-CEPAL e da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Conclui que o Banco foi a principal agência oficial na coordenação dos investimentos públicos e principal executor das políticas traçadas pelo Plano de Metas para os setores sob a responsabilidade do setor público.

Uma difícil conciliação: empresários e trabalhadores no contexto do Plano Trienal

Felipe Pereira Loureiro, PPGH/USP

Esse artigo procura examinar as interpretações e as reações de trabalhadores e de empresários acerca do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-65), aplicado pelo Presidente João Goulart no início de 1963. A fim de explicar as razões pelas quais o Plano teria falhado, muitos estudiosos deram grande atenção aos aspectos relacionados ao âmbito do Estado – tal como, por exemplo, à paralisia decisória do governo, que teria sido resultado dos conflitos entre os atores políticos; ou às limitações técnicas do Plano. O artigo sugere, diferentemente, que as ações de trabalhadores e empresários acerca da política econômica do governo Goulart foram cruciais para a falência do Plano Trienal e, conseqüentemente, contribuíram para os

distúrbios sociais e econômicos que prevaleceram no Brasil momentos antes do Golpe Militar de 1964

Restrições políticas a política econômica do governo João Goulart: as dificuldades para a consolidação de uma coalizão reformista estável

Mário Augusto Morato Pinto de Almeida, IE/UNICAMP (FAPESP)

Tendo como ponto de partida o clássico texto de Celso Furtado *Obstáculos políticos ao crescimento econômico* - em que o autor argumenta que o Legislativo foi um entrave à adoção de uma política de desenvolvimento coerente-, o objetivo desse artigo será discutir quais eram as restrições impostas pelo Congresso Nacional à política econômica de João Goulart. Sugere-se que as dificuldades para elaborar e implementar uma política que se queria reformista estavam relacionadas: à existência de uma estrutura político-jurídica conservadora, originária da Constituição de 1946; à ausência de recursos políticos suficientes para transformar amplamente essa estrutura; e à instalação da crise política, que adicionou dificuldades à aprovação das reformas e prejudicou a própria gestão econômica do país.

Populismo no Brasil: uma análise com teoria dos jogos

Sérgio Marley Modesto Monteiro, UFRGS

Carla Fernanda da Silva, UFRGS

O processo de expansão e consolidação do capitalismo no Brasil trouxe consigo não apenas a dominação do poder burguês, mas também a emergência de outros setores da sociedade que passavam a ser fonte crescente de pressão, em especial as chamadas "massas populares". O objetivo deste trabalho é analisar o surgimento e a permanência do populismo como instrumento de inclusão dessas massas no processo político a partir de 1930. Com base na literatura representativa sobre o tema pode-se compreender o populismo como uma solução de equilíbrio ao conflito colocado à época entre a classe trabalhadora e a burguesia industrial, dada a industrialização e a urbanização crescentes. Usando teoria dos jogos, verificou-se que o populismo corresponde a um equilíbrio de Nash em um jogo estático com movimento estratégico.

Why did the Brazilian 'Economic Miracle' become the 'Lost decade'? The specificity of capitalist development in Brazil between the 1960s and the 1980s

Nicolas Grinberg, LSE (Universidade de Londres)

Marcelo Paiva de Abreu, PUC-Rio

The paper examines the Brazilian experience from the 'Economic Miracle' to the 'Lost Decade'. It argues that capitalism developed in Brazil under a specific form which sprung from its particular insertion in the 'world division of labour' as producer of raw materials. It proposes that during that period industrial capital accumulated there through the appropriation of a portion of the available ground-rent. This specific form of capital accumulation constituted a barrier for technological and socio-economic development in Brazil, since the appropriation of the ground-rent by industrial capital implied the production in a small scale for the domestic markets. The 'miracle' and the 'lost decade' are understood as concrete manifestations of that specific form of capital accumulation as well as expressions of its limited nature.

Reavaliando o II PND: uma abordagem quantitativa

Fernando Genta dos Santos, FEA/USP

Renato Perim Colistete, FEA/USP

O objetivo deste trabalho é contribuir para a historiografia do II PND por meio de uma análise quantitativa que possa trazer novos elementos para avaliação da política econômica do governo Geisel. A partir da literatura existente, identificamos três questões gerais que permanecem controversas e que podem ser analisadas de um ponto de vista quantitativo: a influência de fatores externos e internos nas decisões econômicas da época, os impactos do II PND sobre o desempenho macroeconômico nas décadas subsequentes e a consistência do Plano em relação ao seu principal objetivo, isto é, o de realizar um ajuste estrutural que mantivesse o crescimento sustentado no longo prazo. As várias hipóteses que têm sido elaboradas a respeito de cada uma dessas questões são avaliadas com a utilização da análise moderna de séries de tempo. Os resultados levam a uma avaliação global do II PND mais pessimista do que a interpretação dominante do Plano enquanto uma ajuste estrutural bem-sucedido.

“As Ilusões Perdidas” do Cruzado ou porque os “Fiscais de Sarney” acreditaram no congelamento dos preços: um exemplo de Economia moral da multidão “thompsoniana” no Brasil do século XX?

Glaudionor Gomes Barbosa, UFPE

Regina Célia Gonçalves, UFPB

O artigo levanta e discute algumas anotações da obra de E. P. Thompson onde o mesmo opõe e debate padrões de mercado, no sentido capitalista, versus economia moral. Tentou-se mostrar a notável contribuição de Thompson com respeito à natureza e aos fins das lutas populares contra o capitalismo emergente. Pretendeu-se, também, e fundamentalmente, destacar a atualidade do seu pensamento, em especial no que se refere à existência, no mundo contemporâneo, de “economias morais” diferentes, é certo, daquela das multidões inglesas do século XVIII, mas, de alguma forma, lastreadas em experiências semelhantes, a exemplo das que alimentam a luta pela terra e contra o agronegócio no Brasil e na América Latina. Escolheu-se como estudo de caso as reações populares que o Cruzado produziu que foram analisadas como uma forma de economia moral da multidão “moderna”.

Ajuste fiscal e financeiro dos estados no Pós-Real: um balanço

Danilo Jorge Vieira, IE/UNICAMP

O artigo discute o processo de ajuste fiscal e financeiro dos estados após o Plano Real, buscando fazer um balanço dos resultados obtidos. Chama a atenção para os problemas que persistiram, a despeito do substantivo ajustamento empreendido, sinalizando para a necessidade de revisão do atual regime fiscal, de modo a estabelecer mecanismos que propiciem a redução do nível do endividamento e permitam recuperar a capacidade de sustentação de gastos dos governos estaduais.

Finance-led Growth Regime no Brasil: estatuto teórico, evidências empíricas e conseqüências macroeconômicas

Mario Rubens, IPEA-UFF

Miguel Bruno, IPEA-UERJ

Hawa Diawara, UERJ

Anna Carolina S. Reis, IPEA

Eliane Araújo, IPEA

O artigo propõe uma análise do padrão de crescimento econômico do Brasil no período pós-liberalização, destacando o relacionamento entre finanças e acumulação de capital fixo produtivo. Entre os resultados encontrados, destaca-se a existência de um regime do tipo finance-led growth no período 2004-2008, sob condições estruturais e conjunturais de um processo de financeirização (financialization) muito específico. Inicia-se com um survey da literatura internacional sobre o tema, procurando-se mostrar a relevância deste conceito para a compreensão dos problemas da economia brasileira atual. Em seguida, é apresentado um panorama histórico sobre as transformações estruturais que permitiram o desenvolvimento de regimes financeirizados. O trabalho termina com uma análise empírica para o caso brasileiro, a partir de indicadores macroeconômicos selecionados.

A evolução (excludente e desigual) da produção agrícola brasileira entre 1930 e 2007. Do mercado interno para o externo

Pedro Ramos, IE/UNICAMP

O trabalho analisa a expansão da produção agrícola brasileira, considerando os principais produtos cultivados, suas distribuições pelo território brasileiro, suas utilizações preponderantes e suas estruturas agrárias subjacentes, destacando a consolidação das agroindústrias processadoras e o fato de que se passou do domínio do atendimento da demanda do mercado interno, entre 1930 e 1960, no contexto do “processo de substituição de importações”, para uma expansão fundamentada na concentração produtiva e nas exportações entre 1970 e 1993, e, finalmente, para uma expansão

adequada ao novo “modelo econômico” brasileiro, aqui denominado de “primário importador” depois de 1994. O texto fundamenta-se quase que exclusivamente na apresentação e sistematização de dados secundários e no pequeno uso de trabalhos disponíveis.

Economia política dos preços de alimentos, instabilidade econômica e regulação no capitalismo contemporâneo

Ebenézer Pereira Couto, UFU (MG)

Desde meados da década de 1980, num contexto de questionamento da gestão pública de programas e políticas em prol do desenvolvimento rural sustentável, foi também colocada em xeque a intervenção do Estado no manejo de estoques públicos de alimentos. Tendo em conta esse referencial, propomo-nos a resgatar a importância e o papel da instância pública neste domínio, compreendendo-se que a política de estoques públicos é parte integrante de políticas mais amplas em favor da segurança alimentar e nutricional das populações. A questão em tela se reveste de extrema atualidade, especialmente quando se tem em conta a flagrante deterioração dos indicadores de preços de alimentos, no cenário mais geral de crise alimentar em nível mundial que marca a atualidade.

O gasto público com saúde no período desenvolvimentista

Júlio Manuel Pires, FEA-RP/USP

As características intrínsecas e o debate econômico, político e ideológico atinentes ao período populista foram alvo de copiosa literatura especializada nas diversas áreas do conhecimento. Particularmente profusa é a bibliografia que trata da ênfase emprestada à política pública no tocante à preeminência da meta de aceleração do crescimento econômico e a conformação do Estado brasileiro visando atingir tal objetivo. Igualmente significativa é a literatura relacionada ao papel do Estado no âmbito das relações de trabalho. Simultaneamente, de forma dissonante, podemos constatar o relativamente reduzido número de estudos assentados na análise das características e composição do dispêndio social neste mesmo interregno. Este artigo visa preencher em parte esta lacuna, ao se propor a examinar os

condicionantes e características da despesa pública na área de saúde durante o período 1930-64. Nosso intuito é demonstrar que a ascensão dos gastos públicos com saúde durante os anos 1930 e até meados da década de 1950 foi interrompido e revertido a partir de então, em virtude, essencialmente, da consolidação e hegemonia do discurso desenvolvimentista, o qual estatuiu e consolidou novas prioridades no que diz respeito à gestão dos dispêndios públicos, atribuindo papel diverso aos gastos com saúde no orçamento.

A desconstrução da sociedade rural e a consolidação de um centro canavieiro paulista: o dilema na afirmação da identidade de Piracicaba (1930-1950)

Eliana Tadeu Terzi, UNIMEP

Neste artigo analisa-se as circunstâncias econômicas, históricas e os dilemas da afirmação do perfil canavieiro de Piracicaba. Nesse período (1930-50), pós crise de 1929, falência do modelo agroexportador cafeeiro e do pacto político que o sustentava, definem-se novos parâmetros para a divisão do trabalho nas regiões cafeeiras, que operam progressiva diversificação de atividades com base na articulação agricultura-indústria. Neste novo cenário, Piracicaba que não se destacara como município cafeeiro, emerge como Centro Canavieiro, polarizando o complexo sucroalcooleiro do estado de São Paulo, se beneficiando das novas políticas públicas e iniciativas empresariais.

Modernização urbana e consumo na São Paulo de fin-de-siècle

Milena Fernandes de Oliveira, UNICAMP

Apesar de muito estudado em economia, sociologia e antropologia, poucos são os trabalhos produzidos sobre o consumo na área de História. Apesar disso, o consumo é um importante instrumento de análise do capitalismo e de sua dinâmica. Ao conectar duas dimensões, a econômica e a cultural, permite a interpretação dos conflitos de classe para além da esfera da produção, ampliando as possibilidades de estudo do materialismo histórico. Ao se relacionar com a esfera produtiva, durante o processo social de diferenciação e massificação que o caracteriza, o consumo permite a

compreensão das especificidades que caracterizam o capitalismo em suas diferentes nuances nacionais. O consumo é, assim, aplicado, neste trabalho, como instrumento de compreensão da formação do capitalismo periférico, utilizando-se, para isso, o exemplo de São Paulo na passagem do século XIX para o XX.

A trajetória de um propagandista no início da República: o discurso de João Pinheiro da Silva em prol do desenvolvimento

Marcos Fábio Martins de Oliveira, UNIMONTES

Ana Carolina Ferreira Caetano, UFMG

Este artigo propõe um estudo sobre a trajetória da vida política de João Pinheiro da Silva. Um industrial mineiro que desde sua época de estudante era engajado politicamente e a favor da implantação da República, e mais do que isso, ao longo de sua vida política, passa a defender medidas que levariam ao desenvolvimento econômico do país. Assim, este estudo tem o intuito de apontar aspectos biográficos da vida desse propagandista, e analisar seu discurso, partindo do ponto de vista de que João Pinheiro foi um desenvolvimentista nos primórdios da República, quando integrante ou quando afastado do cenário político, principalmente, quando do seu retorno, através da Comissão Fundamental do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903 e, posteriormente, como Presidente do Estado de Minas Gerais.

The Funding Loan as a bailout: why did Rothschilds underwrite Brazilian bonds in 1898?

Leonardo Weller, LSE (Universidade de Londres)

This paper argues that the 1898 Brazilian Funding Loan was a bailout determined by reputation and path dependence. Based on primary sources, it shows that Rothschilds' reputation depended on Brazil, as the former had underwritten all sovereign bonds issued by the latter in the four previous decades. In addition, the Funding Loan provided Rothschilds with policy ownership, with which it ensured that the government would reduce paper

money in circulation, appreciate the exchange rate and improve its capacity to service the debt. The paper concludes that the bailout was the best choice available to the bank.

Ciclos do café durante a República Velha: uma análise sistêmica

Thiago Caliar, UFMG

Newton Paulo Bueno, UFV

Pelo menos até a década de 30 do século XX o Brasil dependia predominantemente do café para a manutenção da renda nacional, visto que o mesmo foi o principal produto da pauta de exportações. Muito por isso o governo brasileiro buscou através de políticas de valorização – via queimas de estoque – a manutenção dos preços do produto. A historiografia tradicional algumas vezes remete a essas políticas o ônus das superproduções de café existentes no período, principalmente à de 1930. Através de modelagem sistêmica propomos no artigo um modelo para a oferta de café, analisando principalmente os fatores endógenos à produção, como forma de contestar essa hipótese. Como resultado, encontramos que os delays no processo produtivo explicam muito mais a superprodução da commodity do que as tais políticas do governo.

Análise histórica da participação do Brasil no mercado internacional de café: fontes de dados, índices de concentração e destinos do produto.

Carlos Eduardo de Freitas Vian, ESALQ/USP

Matheus Vitti de Aguiar, ESALQ/USP

Henrique Marion Duran Junior, ESALQ/USP

O objetivo do texto é analisar as séries históricas de produção e exportação do café no Brasil, destacando a participação do país no total da produção mundial e quais os principais destinos das exportações. A metodologia escolhida foi a revisão bibliográfica e a tabulação de dados estatísticos contidos em Bacha (1992), International Coffee Organization (ICO), IBGE,

ABIC e IPEADATA. As concentrações foram calculadas através dos índices de Concentração (CR4), Rosenbluth, Hirschmann-Herfindahl e Entropia, conforme descritos por Hoffmann (1998). Paralelamente a essa revisão, foi feita uma análise e montada uma tabulação com as principais fontes de dados sobre esse assunto, visando facilitar a revisão bibliográfica de artigos ou trabalhos que possam necessitar de tal bibliografia. Desde o início da série de dados disponível (1890) até o início dos anos 1960, o Brasil liderou a produção mundial de café, com mais de 50% da produção, em alguns momentos atingindo mais de 70%, tendo uma posição monopolista. Até 1954 era seguido de perto pela Colômbia, quando a África assumiu o segundo lugar. A partir da década de 1970, o Brasil começa a perder participação relativa, embora permaneça como principal produtor mundial. Ganham destaque a partir daí a África e a Ásia. Assim, na atualidade, o Brasil permanece como maior exportador mundial, mas sofre com a concorrência de produtores menores que privilegiam a qualidade do produto e os nichos de mercado. Os principais importadores eram os Estados Unidos, Alemanha, França, Itália, Holanda, Reino Unido, Japão, Suécia e Canadá, todos de alto nível de desenvolvimento e com renda per capita alta. Nos dias atuais, observa-se um início da diversificação de exportações, abrangendo novos nichos como o do café torrado, o solúvel e o moído. Isso demanda uma preocupação não somente com o acompanhamento da série de dados no sentido de crescimento, mas também nas modificações que levaram a essa diversificação e conseqüente amplitude de abrangência.

RESUMOS

MÓDULO: HISTÓRIA ECONÔMICA GERAL E ECONOMIA INTERNACIONAL

Historiadores otimistas versus historiadores pessimistas: as condições de vida dos trabalhadores ingleses durante a Revolução Industrial melhoraram?

Glaudson Gomes Barbosa, UFPE

O artigo defende que a controvérsia sobre o padrão de vida dos trabalhadores durante a RI deve ser retomada. O objetivo é comparar duas abordagens, tentando verificar suas consistências. Existe uma interpretação pessimista, ligada a Engels e continuada por Rioux, e outra otimista, defendida por Clapham e Ashton, e atualmente por Landes. Os defensores da última tendem a se concentrar em curvas de produto, preços e salários; os partidários da primeira buscam entender a situação de consumo, habitação, saúde e condições de trabalho, evitando a aceitação não-crítica da aritmética das médias. As intervenções recentes de Hobsbawm (1981) representam um avanço, pois buscam um afastamento das posições extremadas, evitam o uso de fontes muito questionadas e usam dados quantitativos, tão elogiados pelos otimistas. Os resultados obtidos por Hobsbawm se constituem numa nova interpretação. O trabalho, também realiza algumas investigações empíricas que refutam as interpretações otimistas. Os principais resultados são que para a grande maioria dos trabalhadores o padrão de vida esteve sempre próximo ou no nível de subsistência.

El cálculo de la composición de la dieta de los esclavos: elementos para comparar Virginia Y Río de Janeiro em 1860.

Carlos Eduardo Valencia Villa, UFF (CAPES)

Este texto es una introducción a la comparación de las dietas de los esclavos de Virginia y Río de Janeiro en la década de 1860. Para llevar a cabo esta comparación empleamos modelaje matemático, por tanto comienza con la exposición de los métodos y resultados alcanzados por algunas de las investigaciones más influyentes de la historiografía cuantitativa

norteamericana que se ocupan del problema de la nutrición esclava, así como algunos de los debates en que se involucraron estos historiadores. Después, presentamos un estudio sobre la dieta esclava en Virginia que utilizó como herramienta la programación lineal y algunas de las críticas que se le efectuaron. A seguir, desarrollamos el modelo para calcular la dieta de los esclavos de Río de Janeiro. Por último, discutimos algunos de los elementos que se prestan para comparación entre las dos regiones.

La evolución del salario real del peón azucarero tucumano, 1881-1927

Florencia Correa Deza, Conicet-Universidad Nacional de Tucumán

Daniel Campi, Conicet-Universidad Nacional de Tucumán

Las representaciones que sobre las condiciones de existencia de los trabajadores azucareros tucumanos se formularon desde la historiografía, la literatura y la política son decididamente sombrías, por lo menos hasta mediados del siglo XX. Sin embargo, se trata, en general, de visiones impresionistas con débil sustento cuantitativo, sesgadas en muchos casos por un marcado acento de crítica social. Frente a este cuadro, con el presente trabajo se aspira a llenar un importante vacío reconstruyendo la evolución del salario real del peón del azúcar, articulando dos investigaciones desarrolladas sobre dos períodos distintos (1881-1893 y 1904-1927). Además de la importancia intrínseca que posee conocer la evolución de este indicador para aproximarse a las condiciones de vida de los trabajadores, se comparará su comportamiento con el del precio del azúcar y de los salarios de otros sectores laborales, a la vez que se propondrán algunas hipótesis para explicar las diversas evoluciones.

A Adesão ao Padrão-Ouro e seus determinantes cliométricos: o caso do Brasil

Cláudio Djissey Shikida, IBMEC-MG

Clarice Sollero Lemos, IBMEC-MG

Ari Francisco de Araujo Jr., IBMEC-MG

Esta nota objetiva investigar, econometricamente, os determinantes da adoção do padrão-ouro por parte do Brasil. A literatura destaca a importância dos preços das commodities (café e borracha), problemas inflacionários, a credibilidade inerente ao padrão-ouro, crises econômicas (choques externos) e internas na decisão de um governo permanecer (ou aderir ao padrão) ou abandonar o padrão-ouro. Os coeficientes estimados apresentaram os sinais esperados, com destaque para a credibilidade e a inflação, mas o sinal oposto ao esperado foi obtido para o coeficiente da dummy de choques externos. Apresenta-se também uma discussão sobre o impacto marginal de cada variável ao longo dos anos da amostra.

Crescimento econômico, imigração e salários reais no Brasil.

Sérgio Ricardo de Brito Gadelha, Secretaria do Tesouro Nacional

O objetivo desse estudo é investigar a relação de causalidade entre imigração, salário real e crescimento econômico per capita na economia brasileira durante o período de 1880-1937. Os resultados empíricos do teste de causalidade de Granger (1969), em estruturas bivariada e multivariada, evidenciam a existência de relação de causalidade unidirecional do crescimento econômico real per capita para a imigração per capita e salário real.

Income Distribution in Brazil, 1870-1920

Luis Bértola, Universidad de la Republica, Uruguay

Cecilia Castelnovo, Universidad de la Republica, Uruguay

Henry Willebald, Universidad Carlos III, Madrid

In this paper we present some preliminary estimates of Brazilian income distribution around the years 1872 and 1920. The results show that income inequality in Brazil was already high by the 1870s and further increased during the First Globalization Boom. Our results are compatible with the so called Inequality Possibility Frontier, and seem to show that inequality is deeply rooted in Brazilian history. We present data at the province-state level, as well as at the regional level. Increasing inequality took place mainly within states, while inequality between states and regions did not increase. The picture is one of important shifts in the distribution of population and income in different regions of the country. The dynamics is better understood as an interaction between globalization, frontier expansion and different institutional environments and transformations, both in the core of the colonial and slave economy and in frontier regions.

Justificando e legitimando a apropriação da tecnologia: uma discussão sobre o sistema internacional de patentes

Leandro Miranda Malavota, UFF

O presente trabalho consiste em uma discussão sobre a apropriação privada de bens intangíveis. Procuramos analisar o processo de construção e desenvolvimento do sistema de patentes, com ênfase sobre seus fundamentos teóricos de justificação e legitimação. A partir de uma problematização das funções sociais desempenhadas pelo sistema de patentes em distintos momentos históricos, procuraremos examinar de que forma foram construídos argumentos em defesa dos direitos de propriedade intelectual (DPI), perpassando-se distintas dimensões da experiência humana (econômica, ética, política, jurídica, etc.). Tal reflexão pretende abrir caminho para posteriores discussões a respeito do papel exercido pelo sistema de patentes na contemporaneidade, chamando a atenção para a contribuição

que a experiência histórica pode oferecer para o enfrentamento de questões que ora desafiam as sociedades pós-industriais.

Capitalismo na perspectiva histórica: globalização, cultura material e consumo

Rosângela de Lima Vieira, UNESP

A comunicação objetiva divulgar os resultados parciais da pesquisa bibliográfica em andamento que analisa a transformação do consumo necessário ao consumismo perpetuador do capitalismo. Dentre os conceitos utilizados destaca-se globalização econômica como o processo de internacionalização da economia, iniciado desde a época das Grandes Navegações. Simultaneamente a esse processo um novo padrão de consumo favorável à manutenção do arquétipo econômico capitalista se desenvolve na Europa. Analisado pelo viés da cultura material esse desenvolvimento expõe o próprio processo de expansão capitalista e, portanto, a globalização econômica. Somente o consumismo exacerbado poderia manter a roda capitalista girando com altas taxas de lucro. E o prisma da cultura material demonstra o processo de transformação nos padrões de consumo de vastas populações.

De nascente a poente: a eminência do espaço atlântico no comércio e na exploração colonial do Império Português

Pablo Oller Mont Serrath

O fim da união ibérica (1640) indica o princípio de dois significativos traços do Império português. Caracterizado, primeiramente, pelos esforços de fortalecimento e reorganização da exploração econômica dos domínios ultramarinos. Depois, pela proeminência do espaço Atlântico. Na presente comunicação discutiremos alguns dos fatores que contribuíram para que o comércio e a exploração colonial dos domínios portugueses no ocidente superassem em importância os do Índico.

Emigração e colônias no Terceiro Império Português

Paulo Cesar Gonçalves, FFLCH/USP

Esta comunicação apresenta alguns caminhos de pesquisa para se compreender em que medida a constituição do Terceiro Império português, no quadro do grande êxodo que caracterizou a Europa mediterrânea a partir das últimas décadas do século XIX, colocou em pauta a questão da emigração – deslocamento de contingentes populacionais para África e a importância do Brasil como destino e principal fonte das remessas dos emigrados – e sua relação com as estratégias de desenvolvimento econômico do país.

As vias da periferia: Argentina, Brasil, Coréia do Sul e Espanha.

Angelita Matos Souza, UNICAMP

Abordaremos aspectos das reformas econômicas na história recente de quatro países: Argentina, Brasil, Coréia do Sul e Espanha. Sem atentar devidamente para os fatores geopolíticos (processos de integração; localização latino-americana, européia e asiática; relações com a potência hegemônica) na delimitação das “opções” seguidas, interessa-nos especialmente a comparação entre os processos de internacionalização adotados pelos quatro países nos anos 80/90. Gostaríamos de avançar na definição do que seja “capitalismo dependente-associado”, defendendo que, nas últimas décadas, a Coréia do Sul e a Espanha aproximaram-se mais deste “modelo” que o Brasil, entre o dependente-associado e o dependente (no qual enquadramos o caso argentino).

Regulação e privatização: o caso do gás natural na Argentina na década de 1990

Daniela de Oliveira da Silva, UFRGS

Maria Heloisa Lenz, UFRGS

A Argentina foi protagonista de um dos mais controversos processos de privatização, sendo a do mercado de gás um dos seus casos mais

emblemáticos. O objetivo deste trabalho é examinar a introdução da concorrência no mercado de gás natural argentino, sob a nova regulação legal. O mercado argentino do gás natural foi caracterizado até a década de 1990, quando ocorreu a privatização, pela existência da empresa estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales – YPF, possuidora do monopólio das reservas de hidrocarbonetos do país. O trabalho está assim estruturado: na primeira parte trata das fases da história da Argentina, com ênfase nas questões de crescimento, crise, intervenção e abertura da economia; na segunda apresenta o histórico da utilização do gás natural na Argentina, do seu processo de regulamentação e de privatização. Finalmente, as características da oferta de gás na Argentina é o objeto da terceira parte.

La economía de la dictadura (Uruguay, 1973-1984)

Jaime Gabriel Yaffé Espósito, Universidad de la República (Uruguay)

En el contexto de un debate apenas insinuado acerca de la dimensión económica de la dictadura cívico-militar que gobernó en Uruguay entre 1973 y 1984, este trabajo presenta, a través de un conjunto de indicadores relevantes, una visión panorámica y sistemática del funcionamiento de la economía nacional y sus interacciones con la economía internacional durante el período. Básicamente se intenta establecer si la dictadura representó un punto de inflexión desde el punto de vista de la trayectoria económica del Uruguay en la segunda mitad del siglo XX, tanto en cuanto a su desempeño global como a su estructura productiva y la distribución funcional del ingreso, así como en cuanto a su articulación comercial y financiera con la economía internacional.

Nível de câmbio e crescimento econômico: teorias e evidências para países em desenvolvimento e emergentes (1980-2007)

Eliane Cristina de Araújo, IPEA

O artigo analisa a relação entre nível do câmbio e crescimento econômico nos países em desenvolvimento e emergentes. Inicialmente os objetivos da política cambial são discutidos, enfatizando sua importância para gerar crescimento econômico. Dando continuidade, alguns canais de influência do nível do câmbio sobre o crescimento econômico são apontados: i) os canais do investimento, ii) da exportação dos bens não-tradicionais, iii) da produtividade, iv) da compensação às falhas de mercado e v) de estímulo às

elasticidades-renda das exportações. Na parte empírica, uma medida de subvalorização cambial é construída para 82 países entre 1980 e 2007 para captar a relação entre taxa de câmbio e crescimento econômico. Os resultados indicam correlação positiva entre as duas variáveis, corroborando a importância do câmbio como instrumento impulsionador do crescimento econômico.

As origens coloniais da produtividade das nações

Leonardo Andrade Rocha, IE/UNICAMP

Divina Aparecida Leonel Lunas Lima, IE/UNICAMP

Andréia Mara Pereira, IE/UNICAMP

Esta investigação propõe uma compreensão mais aprofundada acerca dos determinantes históricos da produtividade das nações. O principal elo entre produtividade e desempenho institucional é fortemente relacionado com as trajetórias adotadas pelas políticas de colonização. Este aspecto peculiar fortifica o papel endógeno das instituições. O cálculo da produtividade baseou-se no modelo de Solow com capital humano. A metodologia aplicada neste artigo para retirar este “viés” foi o método de variáveis instrumentais e a amostra foi composta de 64 países-colônias, o que permitiu não inferir num viés de seleção. A regressão estimada permitiu concluir que algumas colônias foram favorecidas pelas políticas de colonização no processo de inovação tecnológica por meio de instituições mais sólidas. Entende-se que o progresso tecnológico é influenciado endogenamente pelas instituições.

Financial globalization in historical perspective: old and new patterns

Alexandre Ottoni Teatini Salles, UFES

The debate about financial globalization in historical perspective has produced an impressive amount of literature in recent years. Scholars have suggested that financial market integration from 1880s to today perform the so called U-shaped pattern. That means contemporary financial globalization has precedents in the Gold Standard era, then the current level of financial

market integration is not unprecedented. In contrast to the widely-known U-shaped pattern, the data presented in this paper provides different evidence, precisely in the markets where scholars have found the U-pattern. The evidence presented here shows that today's financial integration has surpassed the pre-1914 period. This different historical perspective is called the J-curve. The major purpose of this article is to demonstrate the J-curve, which claims that the level of financial integration since the mid-1990s has been higher than the previous experience, so the second wave of financial globalization is historically unprecedented.

A Economia Política do desenvolvimento da China: Estado, mercado e a construção do modelo econômico chinês

Alexandre Queiroz Guimarães, PUC-Minas

Este artigo explora vários momentos da constituição do modelo econômico chinês, focalizando como a combinação entre Estado e mercado vem produzindo os principais resultados econômicos. Para isto, dá importante ênfase a momentos estratégicos do processo de reformas, incluindo a transição para a economia de mercado, a reforma do sistema empresarial e financeiro e importantes mudanças no sistema estatal. Um ponto central do artigo é perguntar sobre o futuro do modelo chinês e sobre o papel que a política industrial pode cumprir para o desenvolvimento do setor empresarial chinês.

Bancos e finanças no sistema monetário internacional do padrão ouro-libra

William Vella Nozaki, IE/UNICAMP

O artigo busca revisar os aspectos centrais da formação e do funcionamento do padrão ouro-libra. Para tanto tematiza-se as teorias liberal, estatal e keynesiana do sistema monetário; em seguida, aborda-se tanto a estrutura do padrão ouro-libra (baseada na assimetria entre países exportadores e importadores de capital) quanto sua dinâmica (baseada na relação entre finanças internacionais e bancos nacionais).

Estado nacional e a economia de mercado: o padrão político-econômico vencedor na origem do sistema capitalista

Rômulo André Lima, UFF

O tema do surgimento do Estado está muitas vezes associado (ainda que com diferentes ênfases, dependendo do autor) ao tema do surgimento do capitalismo. De “principal indutor” a “condição necessária” ao capitalismo, o Estado nacional centralizado ocupa papel relevante na compreensão do sistema político-econômico que passou a predominar a partir Era Moderna. O objetivo deste trabalho é associar a emergência do Estado nacional como padrão político dominante à emergência da economia de mercado capitalista como a forma mais eficiente para a concentração de poder e extração de riqueza. Serão expostas duas perspectivas sobre o assunto. Uma delas está alinhada com pensamento marxista. A outra, influenciada por idéias weberianas sobre a competição interestatal.

Crítica e reformulação das lógicas sistêmicas do modelo de Giovanni Arrighi para a análise das transformações das ordens mundiais no Moderno Sistema-Mundo

Átila Alves Garrido, IE/UNICAMP

Arrighi nos apresenta um elaborado e ambicioso modelo acerca das transformações das ordens mundiais no moderno sistema-mundo. Todavia, Arrighi parece estabelecer uma relação determinística entre a reversão dos ciclos sistêmicos de acumulação para uma fase de expansão financeira e a crise e declínio do hegemon. Assim, não contempla em sua análise a possibilidade da potência hegemônica reformular a sua estratégia de supremacia e reverter a expansão financeira em seu favor, permanecendo no centro e sendo o agente principal de um novo processo de reorganização e de expansão sistêmicas. Para que se entenda por que Arrighi não contempla essa possibilidade, é necessário ver o que está por trás da dinâmica desse sistema e isso nos remete à sua origem e à análise do seu processo de formação, empreendendo uma releitura das lógicas sistêmicas conforme descritas por esse autor.

RESUMOS

MÓDULO: HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO

Pesos e medidas no Brasil Oitocentista

Heitor Pinto de Moura Filho

Este texto faz rápido exame das práticas e da legislação sobre pesos e medidas no Brasil durante o século XIX. Trata-se de tema relativamente esquecido pela historiografia econômica, apesar de terem convivido no país, com amplos períodos de superposição, pelo menos quatro grandes padrões metrológicos: os múltiplos sistemas regionais portugueses, vigentes durante o período colonial; dois sistemas ingleses sucessivos; um sistema legal brasileiro aprovado em 1836; e, a partir do último quartel do século, o sistema métrico. Conclui listando as poucas certezas e muitas dúvidas existentes, e propondo uma periodização tentativa com relação aos contextos metrológicos.

Vida através da morte: os atestados de óbito dos homens “de cor” de Rio Claro

Thiago Marques Mandarin, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Através dos atestados de óbito dos homens “de cor” de Rio Claro este trabalho analisa dados de ocupação, condição social, sexo, faixa etária, causa mortis, estado civil e local de moradia para a cidade de Rio Claro considerando dois períodos distintos, 1875-1888 e 1888-1930. O material empírico utilizado permite tecer comparações das condições de vida e de trabalho dos homens “de cor” de Rio Claro desde a aprovação da Lei do Ventre Livre até o período posterior à abolição definitiva da escravidão

Uma substituição Luminosa: Tributação colonial e reformismo ilustrado em D. Rodrigo de Souza Coutinho ao final do século XVIII

Bruno Aidar, FFLC/USP

A fiscalidade colonial constituiria um dos principais eixos do reformismo ilustrado português ao final do século XVIII. Os escritos do estadista D. Rodrigo de Souza Coutinho (1755-1812) apresentam um conjunto rico das idéias de tributação a estabelecerem novas bases de legitimidade para a extração fiscal do excedente econômico dos vassallos americanos pelo soberano português. A partir da influência de novas idéias (o liberalismo econômico smithiano e fisiocrata) e de novas práticas do governo absolutista (a admiração no Piemonte e na Sardenha), operarem-se transmutações e metamorfoses ao contexto imperial luso-brasileiro que longe do mero simulacro, apontavam a singularidade colonial em tempos críticos nos quais os excessos tributários atuaram frequentemente como estopim de revoluções no velho e no novo mundo.

O estudo das crises na análise histórico-econômica

Luiz Eduardo Simões de Souza, UNIVALE/MG

Este artigo estuda as características comuns às crises apontadas por economistas e historiadores econômicos, sob uma breve perspectiva da história do pensamento econômico. Identificadas por um conjunto de aspectos comuns ligados à desestabilização da ordem econômica e social então vigente, as crises diferem das flutuações na perspectiva de longo prazo, dados seus resultados sobre os agregados econômicos e sobre a distribuição do produto social. Uma vista rápida da história do pensamento econômico mostra que a escola marginalista-neoclássica revelou-se, em última análise, inepta para o trabalho de identificação e análise do fenômeno das crises econômicas, as quais foram melhor entendidas e interpretadas pela heterodoxia, tanto na interpretação econômica, como na realizada por historiadores econômicos.

Vulnerabilidade externa e endividamento interno: uma interpretação keynesiana sobre as origens da dívida interna brasileira

Carlos Alberto Lanzarini Casa, UFRGS

A associação entre vulnerabilidade externa e endividamento interno, dentro de uma perspectiva keynesiana para o caso da dívida interna brasileira, se origina das comparações entre as análises de Keynes sobre a crise alemã dos anos 20 e os processos de endividamento externo e interno brasileiro nos anos 80 e 90. Daí a constatação da relação direta entre desequilíbrio interno oriundo de um desequilíbrio externo, conforme afirmado por Keynes. O mecanismo de transmissão desse processo, no caso brasileiro, correspondeu às operações de esterilização, um instrumento da política monetária, cuja prática se dava sob elevadas taxas de juros. A eclosão, nessas décadas, das crises agudas de vulnerabilidade externa, se estratificou como o retrato do estrangulamento das finanças públicas proveniente da incidência cumulativa de juros sobre a rolagem da dívida interna, independente de qualquer motivação concreta de alguma suposta expansão fiscal primária.

Interpreting a crisis: trade and money debates in England during the Parliament of 1621

Carlos Eduardo Suprinyak, Cedeplar/UFMG

The parliament of 1621 witnessed extensive debating of economic issues by those engaged in finding solutions for the exacting crisis which then affected England. These proceedings offer the background against which some of the most relevant economic literature of the period was produced. As debates progressed, two contrasting perspectives gradually emerged. One of them argued that monetary imbalances were responsible for bullion outflows and sluggish economic activity, while the other believed that monetary flows were ultimately caused by an unfavorable balance of trade. These were exactly the same issues at stake in the controversy between Malynes and Misselden in the early 1620's, to which Mun would provide a solution with his strict adherence to the balance of trade. Thus, through an analysis of economic debates in the 1621 parliament, this paper seeks to offer an essential element for understanding early XVII century British economic reasoning.

Para além do laissez-faire: notas para a história da teoria econômica do período entre-guerras

Fernando Monteiro Rugitsky, CEBRAP/USP

Este artigo pretende interpretar a história da teoria econômica do período entre-guerras a partir da distinção de Karl Polanyi entre os “conservadores” anos 1920 e os “revolucionários” anos 1930. Argumenta-se, nesse sentido, que a década de 1920 assistiu a uma profusão de teorias do ciclo econômico, dentre as quais se destacou a tentativa de Friedrich von Hayek de conciliar a realidade dos ciclos com o sistema teórico neoclássico. No entanto, essa restauração liberal fracassou e a década de 1930 pode, então, ser caracterizada pela consolidação de uma hegemonia política contrária ao laissez-faire. No âmbito teórico, John Maynard Keynes desloca o debate da década anterior, criando uma hegemonia em torno de sua Teoria Geral. Ao longo deste percurso, a teoria econômica muda de função com a emergência da gestão macroeconômica do capitalismo.

Competição e cooperação no pensamento econômico: contribuições dos fundadores e das novas escolas para a compreensão destes como processos correlatos.

Gláucia A. Campregher, IE/UNICAMP

Cláudio V. S. Farias, Unisinos

Recentemente várias linhas de pensamento na ciência econômica vêm se preocupado com a dialética relação entre concorrência e cooperação. O objetivo desse artigo é sumarizar essa evolução conceitual desde as escolas fundadoras da economia até um conjunto de ramificações destas nos dias atuais. Além disso, quer se evidenciar uma crescente compreensão dialética do tema, onde competição e cooperação não sejam vistos como processos excludentes. O artigo se divide numa apreciação inicial de como as teorias econômicas fundadoras (clássicos, neoclássicos e heterodoxos) vêem ambos os processos – da competição e da cooperação (seção 1); de como as abordagens mais recentes (teorias dos custos de transação, institucionalistas, neo-schumpeterianos e outras) tratam o tema (seção 2); e por fim (seção 3), de qual é a agenda futura da pesquisa econômica para a compreensão mais ampla e realista de ambos os fenômenos.

O subdesenvolvimento como obstáculo à construção da nação no pensamento de Celso Furtado (1950-1964)

Wilson Vieira, IFCH/UNICAMP

O presente trabalho tem como objetivo analisar como Celso Furtado construiu a sua teoria do desenvolvimento econômico dentro da sua proposta de buscar a superação do subdesenvolvimento brasileiro, visto por ele como obstáculo à construção da nação. Para isso, contextualizo a reflexão de Furtado, produzida num período de afirmação do Terceiro Mundo através dos vários movimentos nacionalistas que buscavam não somente a independência, mas também a superação do subdesenvolvimento. E tal contexto gerou muitas reflexões sobre nação e desenvolvimento econômico, ponto que busco unir com as reflexões de Furtado, a fim de localizá-lo em tal debate. Por fim, analiso as obras de Furtado no período, dentro da sua construção do diagnóstico do subdesenvolvimento.

Las teorías del desarrollo económico: algunos postulados y enseñanzas

Óliver Mora Toscano, Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia, UPTC/UFRGS

Stella Venegas Calle, UFRGS

Este artículo realiza un breve análisis de los diferentes conceptos teóricos elaborados alrededor de la economía del desarrollo, así como la presentación de algunos de los principales postulados y enseñanzas de las mismas para países como los de América Latina. Esta revisión se lleva a cabo a partir del estudio de los momentos específicos en donde aparecen y tienen vigencia las distintas posiciones descritas en el documento. En ese sentido se observan los aspectos fundamentales de la teoría moderna del desarrollo, el modelo cepalino de sustitución de importaciones, la teoría de la dependencia, las contribuciones de la contrarrevolución neoclásica y finalmente los postulados más recientes de la teoría ligados especialmente con la profundización de las tesis neoclásicas, así como la irrupción de los temas ambientales y de sostenibilidad en las discusiones sobre el desarrollo.

Desenvolvimento, subdesenvolvimento e dependência: uma discussão na visão de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso

Rosele Marques Vieira, UFRGS

Este artigo aborda as interpretações de Celso Furtado e de Fernando Henrique Cardoso a respeito do desenvolvimento econômico, enfatizando a questão do subdesenvolvimento e dependência e as relações entre países, baseando-se na concepção do sistema centro-periferia. Para Furtado, é necessário superar o subdesenvolvimento, que é proveniente do grau de dependência. Assim, para superar a dependência, era preciso implementar o desenvolvimento por meio da industrialização e a intervenção do Estado, através de sua ação coordenadora. Para Fernando Henrique Cardoso, o desenvolvimento pode ocorrer apesar da posição periférica e dependente. Propunha que o desenvolvimento, deveria ter um caráter industrializante-associado.

Os dilemas entre a luta pela autonomia e a vocação pelo desenvolvimento dependente

José Elesbão de Almeida, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

O propósito deste artigo é fazer um estudo comparativo das ideias de Celso Furtado e de Fernando Henrique Cardoso sobre o pattern de desenvolvimento dependente que se engendrou a partir de meado dos anos 1960, em substituição ao ideário nacional-desenvolvimentista que havia predominado no Brasil até a metade do século XX. A hipótese em tela visa sustentar que a despeito desses autores filiarem-se a correntes teóricas e epistemológicas distintas pode-se encontrar muitos pontos de convergências entre os mesmos relativamente à ideia da débâcle do nacionalismo e à constatação da dependência externa.

Azevedo Amaral e o pensamento autoritário: problemas

Roberto Pereira Silva, IE/UNICAMP

O texto procura examinar o livro *O Estado autoritário e a realidade nacional de Azevedo Amaral*, discutindo sua relação com o chamado pensamento político autoritário e com a ideologia do Estado Novo (1937-1945). Problematizamos a categoria pensamento político autoritário em sua capacidade de incorporar diferentes abordagens da sociedade brasileira ao relacionar seus respectivos autores à participação no Estado e à construção de uma ideologia que o justifique. Em seguida mostramos pontos de divergência na obra de Azevedo Amaral em relação à Carta Constitucional de 1937 e questionamos a absorção de suas idéias pelo aparelho de Estado.

A controvérsia Simonsen-Gudin e a consolidação do projeto político industrial

Arthur de Aquino, UNICAMP

Este artigo consiste nos resultados parciais de uma pesquisa em andamento sobre o debate público travado entre Roberto Simonsen – industrial e precursor do desenvolvimentismo do setor privado no Brasil – e Eugênio Gudin – defensor da tese de ‘vocação agrária’ da economia brasileira, cujo discurso foi apropriado pela agricultura no debate com a indústria – num momento decisório por modalidades de intervenção do Estado na economia. A importância do estudo da controvérsia consiste no fato de que é a primeira vez que liberalismo e desenvolvimentismo se enfrentam diretamente em torno da construção do projeto nacional. Estudo como o projeto político dos industriais se consolidou nesse episódio, e como afetou a construção do Estado brasileiro, cujo período nodal é 1930-1960.

A questão nacional no pensamento de Álvaro Vieira Pinto: história e atualidade

Luis Antonio Paulino, UNESP

O Brasil passou por grandes transformações nas últimas décadas mas continuamos a ser um país pobre e cada vez mais desigual. O avanço do capitalismo gerou o progresso mas não garantiu justiça e muito menos a igualdade. Uma grande massa vive nas franjas do sistema econômico, com escasso acesso aos benefícios gerados pelo progresso do capitalismo global. Frente a tal quadro, o conflito social em torno da distribuição da riqueza não se manifesta por meio da luta de classes, no sentido clássico do termo, uma vez que a clivagem social mais relevante se dá entre integrados ou não integrados ao sistema. Este trabalho pretende discutir os desafios que essa nova realidade coloca para o processo transformação social no Brasil dialogando com as teses centrais do pensamento de Alvaro Vieira Pinto sobre a questão da ideologia do desenvolvimento Nacional.

Crítica do Utilitarismo: uma releitura de Adam Smith e Francis Ysidro Edgeworth

Solange Regina Marin, UFSM/RS

André Marzulo Quintana, TCE/RS

Sugerimos, nesse trabalho, a investigação das concepções de Adam Smith e a de Francis Ysidro Edgeworth do utilitarismo. Ambas as concepções, presentes na formação da Economia, apresentam a possibilidade de avaliação científica com o utilitarismo, mas também identificam suas limitações. Sugerimos que as fronteiras vislumbradas pelos autores remetem para a necessidade de avaliar as ações e condutas humanas com teoria moral diferente do utilitarismo. Entendemos que a teoria moral de Adam Smith se apresenta como alternativa e, em decorrência, promissora para aperfeiçoar o estudo da Economia.

Dos clássicos aos hereges: Keynes e a economia de seu tempo

Rogério Arthmar, UFES

Michael Emmett Brady, California State University, Dominguez Hills

O artigo trata da posição teórica de Keynes relativamente à economia clássica, bem como de seus dissidentes, segundo uma perspectiva histórica da demanda efetiva. Na primeira seção procede-se a uma revisão do papel central atribuído à demanda na dinâmica do ciclo econômico pelos economistas que antecederam a General Theory. Após, apresentam-se algumas considerações com respeito à evolução das idéias de Keynes sobre as ligações entre gasto, renda e equilíbrio sub-ótimo do produto em suas discussões pós-Treatise on Money. Na seqüência, descreve-se com algum detalhe como ocorreria a igualdade entre poupança e investimento nas teorias dos economistas neoclássicos como Robertson, Pigou e Cassel. Por fim, introduz-se a versão de Keynes para a relação quantitativa entre consumo e investimento no contexto das propensões a gastar e a investir.

David Riazanov e a edição das obras de Marx e Engels

Hugo Eduardo Araújo da Gama Cerqueira, Cedeplar/UFMG

Este artigo apresenta um esboço da biografia de David Riazanov, discutindo sua participação na vida política e intelectual russa e, em especial, seu papel na descoberta e publicação do legado literário de Karl Marx e Friedrich Engels, que culminou na primeira tentativa de editar as obras completas destes autores, a Marx Engels Gesamtausgabe (MEGA).

Ernest Benians e o projeto de império smithiano

Roberto Resende Simiqueli, IFCH/UNICAMP

Com este trabalho, pretendemos iluminar a leitura realizada por Ernest H. Benians, titular da cadeira de Economia Política na Cambridge de 1920, dos capítulos d' *A Riqueza das Nações* lidando com a dinâmica do sistema colonial. A perspectiva analítica de Benians é original por sua ênfase no que o autor define como um "Projeto de Império" defendido por Smith no Livro IV de sua obra magna, uma proposta normativa de revisão das relações entre o

centro administrativo do Império e suas possessões ultramarinas. Acreditamos que, ao revisitar os comentários de Benians sobre as críticas smithianas ao colonialismo moderno, temos condições de reavaliar não só as contribuições deste acadêmico aos estudos do legado teórico de Adam Smith como do significado pretendido por este em seu ataque ao mercantilismo.

Os programas de pesquisa lakatosianos e a metodologia da economia neoclássica: contribuições e críticas

Ricardo Agostini Martini, Cedeplar/UFMG

A obra de Imre Lakatos procurou proporcionar um refinamento à abordagem falsificacionista popperiana, que o inspirou, mediante a incorporação de conceitos desenvolvidos por Thomas Khun, mas sem negar algumas das hipóteses clássicas do falsificacionismo, como os critérios demarcacionistas e a ênfase na investigação e nos testes empíricos. As principais idéias do autor consistem na noção de programa de pesquisa como uma estrutura dotada de um núcleo irredutível de hipóteses básicas das teorias levantadas, protegido por um cinturão protetor de hipóteses auxiliares e por heurísticas positivas e negativas que guiam o processo de investigação científica. O pensamento de Lakatos foi muito discutido na metodologia da economia por parecer defender boa parte do trabalho, teórico e empírico, dessa profissão. Contudo, apesar de um entusiasmo inicial, a aplicação dos programas de pesquisa lakatosianos na ciência econômica passaram a ser criticados pela bibliografia em geral a partir dos anos oitenta. Parte dessas críticas dirigiram-se diretamente a Lakatos; outras dirigiram-se ao pensamento falsificacionista; e outras críticas atacaram os próprios critérios demarcacionistas da metodologia científica. O presente estudo busca realizar uma revisão bibliográfica sobre os principais pontos destacados nesse debate.

Sobre os porquês do pluralismo em Economia: aproximações de uma alternativa historicista

Marco Antonio Ribas Cavalieri, PUC-PR/CEDEPLAR-UFMG

É comum, entre os economistas preocupados com o método, falar em uma nova metodologia da economia. Esta nova tendência surgiu da decepção e abandono da busca de um critério único para o julgamento da cientificidade de programas de pesquisa. E, entre os estudos que formam esta nova tendência, encontram-se diversas modalidades de pluralismo. Todas elas revelam diferentes maneiras de se justificar a existência de programas de pesquisa científica - em algum grau substitutos - dentro da esfera dos estudos dos fenômenos econômicos. Neste artigo, sugere-se que o pensamento de um dos patronos da filosofia hermenêutica, Wilhelm Dilthey, oferece uma opção epistemológica para a legitimação desta situação na ciência econômica. Este ideário é especialmente apresentado como alternativo aos pluralismos de Bruce Caldwell e Sheila Dow.

A persistência da multiplicidade na evolução do pensamento econômico em exame crítico

Vagner Alves, FEARP/USP

Este artigo trata da questão da coexistência da multiplicidade de escolas do pensamento econômico como um problema não devidamente absorvido pelos arcabouços de Karl Popper ou por Thomas Kuhn. Como alternativa sugere uma reflexão a partir de outros aspectos não explorados por estes autores que estão presentes nos conceitos de múltiplos atratores e campo de identidade ou ordenação de intencionalidades. A constituição do argumento central deste trabalho implica num diálogo que qualifique as noções progresso científico, programa de pesquisa e fronteira do conhecimento científico - ao tempo requer a explicitação de motivações que se constituíram nos fundamentos da ciência econômica contemporânea.

História econômica ou economia retrospectiva? Robert Fogel e o impacto econômico das ferrovias no século XIX

Guilherme Grandi, PPGHE/USP

Nosso objetivo neste artigo é, em primeiro lugar, delinear as principais características epistemológicas do que se convencionou chamar a Nova História Econômica, ou simplesmente cliometria, a partir do trabalho pioneiro de Robert Fogel sobre o impacto econômico das ferrovias nos Estados Unidos ao final do século XIX. Em segundo lugar, buscamos discutir se os estudos cliométricos devem ser enquadrados no rol das pesquisas históricas, ou seria mais admissível concebê-los enquanto um tipo de estudo econômico aplicado aos temas da História.

Agonia ou robustez? Reflexões acerca da historiografia econômica brasileira

José Flávio Motta, FEA/USP

Neste artigo questionamos, com o foco na historiografia brasileira, uma pretensa condição agonizante atribuída, em fins do século passado, à história econômica por colegas historiadores; pelo contrário, identificamos grande vigor naquela historiografia. Segmentamos o texto em duas partes. Na primeira, refletimos sobre o evoluir de nossa historiografia econômica, centrando nossa atenção no estabelecimento do paradigma pradiano, bem como nas principais críticas a ele dirigidas, as quais se multiplicaram nos três últimos decênios do Novecentos. Observamos como o desconforto decorrente dessas críticas esteve subjacente à detecção da condição agonizante mencionada. Na segunda parte do artigo, valemo-nos do exemplo dado pelos estudos sobre a economia e a demografia da escravidão no Brasil e neles identificamos a robustez que atribuímos a vertentes historiográficas recentes responsáveis por análises de forte apelo revisionista. Em suma, esse vigor identificado leva-nos a acalentar expectativa muito favorável no que respeita ao avanço da história econômica entre nós nesses inícios no novo milênio.

Elucubrações tópicas em teoria e metodologia da História Econômica

Jaeder Fernandes Cunha, PPGHE/USP

A questão da explicação em história é uma das grandes questões contemporâneas em epistemologia das ciências humanas. Disciplinarmente, história e economia possuem relações permanentes. A história cujo objeto é o passado não dispõe de natureza aplicável, como na economia – ciência social aplicada –, haja vista a imutabilidade do passado, isto pelo menos em relação à “história acontecimento”, o que pode não sê-lo na “história discurso”. Indaga-se: como está situado o campo de estudo da história econômica defronte às tendências da disciplina histórica? Dado o seu caráter imanentemente “interdisciplinar” e “interdependente”, está esta área de estudo acompanhando as tendências e disposta aos enfrentamentos temáticos relacionados à teoria e metodologia específica para si enquanto um campo de estudo autônomo?

Existe ideologia na economia? Ou por que os economistas não são físicos, mas muitos acreditam que são?

Glaudionor Gomes Barbosa, UFPE

Ana Paula Sobreira Bezerra, UFPE

Este artigo defende a proposta de que há uma profunda crise na Economia, enquanto ciência e como processo educacional. Os economistas formados pelo “mainstream” possuem pouca capacidade de intervir no mundo real. Entendem pouco como funciona uma economia histórica, ou seja, como os homens produzem e consomem. O trabalho retoma uma discussão fundamental, aquela que relaciona Economia com Ideologia. Este debate já produziu resultados importantes e diversificados. Num extremo já chegou à conclusão de que a Economia estaria isenta de influências ideológicas, pois haveria uma “caixa de ferramentas” livre de valores. Na outra ponta afirmou que a própria Economia era uma Ideologia. Evita-se as duas conclusões. A primeira por ser falsa e a segunda por tomar a Economia como uma teoria única. Os resultados mais relevantes indicam que a extrema matematização da Economia serve a dois objetivos: encobrir as fragilidades da economia ortodoxa e ser vetor de uma determinada ideologia.

RESUMOS

MÓDULO: HISTÓRIA DE EMPRESAS E HISTÓRIA DA TECNOLOGIA

Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro: uma trajetória de déficit financeiro e desenvolvimento econômico

Alcides Goulart Filho, Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC (CNPq e FAPESC)

O objetivo deste artigo é descrever e analisar a trajetória da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro destacando a política de financiamento dos déficits paralelo ao avanço produtivo da companhia. O artigo está dividido em cinco tópicos. Na introdução será apresentada uma breve descrição das condições materiais e políticas que levaram a criação do Lloyd Brasileiro em 1890. Em seguida, abordaremos sobre a fundação e o período da gestão privada sob a tutela do Estado, 1890- 1913. O terceiro item envolve o período em que a companhia foi lentamente seguindo para uma centralização das ações quando é finalmente transformada em patrimônio nacional, 1913-1937. O quarto item discute o Lloyd Brasileiro como patrimônio nacional no momento da industrialização pesada, 1937-1966. E por último, será discutido o período mais recente, quando a companhia foi reestruturada, transformada em sociedade anônima, até o início do processo de privatização, 1966-1989. Nas considerações finais, apresentaremos um resumo dos motivos gerados dos déficits financeiros e da atuação do Lloyd Brasileiro.

Rede Ferroviária Federal S/A: uma empresa passageira.

Ivanil Nunes, USP

A análise da extinta empresa Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA), no presente, possibilita a percepção de que sua breve história trás em si o testemunho de uma nova dinâmica de intervenção estatal, bastante diferenciada daquela prática de encampação utilizada anteriormente a 1957;

motivo pelo qual sua trajetória parece ser significativa para se entender o processo de transformação ferroviária ocorrido no Brasil a partir da década de 1950. Sustenta-se neste artigo que processo de re-concessão que pôs fim ao sistema ferroviário estatal, na década de 1990, não ocorreu devido à decadência da RFFSA, mas por motivo contrário: sua dissolução aconteceu justamente após o cumprimento de sua “missão” não declarada. O objetivo neste artigo é analisar a função estratégica desempenhada pela RFFSA no processo de reestruturação da malha ferroviária nacional a partir da década de 1950. A análise centra-se, particularmente, no trato público dispensado ao sistema ferroviário nacional enquanto este esteve sob a coordenação daquela empresa: período compreendido entre o processo de encampação da maioria das empresas férreas que operavam no Brasil na década de 1950 ao retorno destas empresas, contidas na RFFSA, à iniciativa privada na década de 1990.

A rota Araguaia-Tocantins de comunicação mercantil entre Goiás e Belém do Pará, 1846-/1967

Dulce Portilho Maciel, Universidade Estadual de Goiás – UEG

O presente trabalho visa contribuir para a compreensão dos processos que levaram o interior do Brasil a adquirir suas atuais condições de adensamento populacional, urbanização e modernização econômica e sócio-cultural, inteiramente contrastantes com as ali vigentes em um passado ainda recente, de povoamento rarefeito, ruralismo, arcaísmo dos métodos de produção e rusticidade dos modos de vida. O trabalho trata dos meios de transporte utilizados na rota comercial, em funcionamento de meados do século XIX até um pouco além de meados do século XX, entre as regiões do alto rio Araguaia (sudoeste de Goiás e sudeste de Mato Grosso) e do baixo rio Tocantins (noroeste do Pará).

Do capital comercial na fronteira agrícola ao capital industrial: um estudo de caso das origens do Grupo Gerdau

José Lannes de Melo, UFSM

A literatura sobre a origem do capital industrial no Brasil concorda com a idéia de que a acumulação primitiva de capital no país esteve ligada ao complexo exportador. No entanto, há diferenças de enfoque que contrapõe a priorização, de um lado, na emergência de uma nova classe social burguesa, fundada no pequeno capital comercial e industrial em longo tempo de acumulação, com, de outro, na formação da base de capital para impulsionar a indústria, ancorada no grande capital de importação, cafeeiro e comercial. O presente texto aborda a origem do capital industrial que formou o grupo siderúrgico Gerdau, a qual mostra uma evolução parcialmente híbrida, que combina aspectos de ambos os enfoques, o crescimento lento de pequeno capital comercial sob a gestão de um imigrante burguês.

A formação do grande capital brasileiro no setor da indústria de construção: resultados preliminares de um estudo sobre causas e origens

Pedro Henrique Pedreira Campos, UERJ

A economia brasileira hoje tem como uma de suas áreas mais dinâmicas e desenvolvidas a indústria de construção. Contando com uma escala nacional e presença internacional consolidada, as empresas do setor de construção pesada detêm um oligopólio no tocante ao mercado de grandes obras realizadas no país. O presente estudo busca hipóteses explicativas das causas e origens da existência de empresas tão poderosas nesse tipo de atividade. Nesse sentido, o estudo da organização dessas empresas e a presença de seus representantes no interior do aparelho de Estado, bem como o exame das políticas públicas específicas parecem ser pontos-chave para a compreensão dessa marca da economia brasileira atual.

Implantação da Siderúrgica Mendes Júnior em Juiz de Fora (MG)

Suzana Quinet de Andrade Bastos, UFJF

Lourival Batista de Oliveira Júnior, UFJF

Rogério Silva de Mattos, UFJF

A empresa Siderúrgica Mendes Júnior, atualmente, Arcelor-Mittal Juiz de Fora - Aços Longos, foi implantada na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, ao longo dos anos 1970, tendo porém iniciado sua operação no ano de 1984. Embora de iniciativa privada, o projeto industrial da empresa foi concebido e implementado com elevada interferência pública, tanto da esfera federal, quanto estadual e municipal. Além de conceder financiamentos e isenção de impostos, o Estado brasileiro influenciou na concepção, no processo de produção e na capacidade de produção da empresa.

Pioneirismo e cultura empresarial na indústria brasileira: a LupoS/A

Helena Carvalho De Lorenzo, UNIARA/UNESP

Ângela Cristina Ribeiro Caíres, Faculdades Integradas Jau/ Faculdades do Interior Paulista

Neste artigo busca-se traçar as linhas gerais da trajetória da Fabrica de Meias Lupo, empresa familiar brasileira fundada em 1921 em Araraquara, Estado de São Paulo, hoje segunda maior empresa brasileira do ramo, voltada para a produção de meias e lingerie. O foco do artigo está na identificação e análise de estratégias utilizadas pela empresa ao longo de seu processo de crescimento e, em particular, a forma como essas estratégias possibilitaram a superação de forte crise iniciada no final dos anos 80 e início dos 90, possibilitando sua consolidação recente na indústria de confecções. A proposição norteadora do estudo foi a de que o pioneirismo ligado a forte cultura organizacional que foi se formando e se consolidando desde sua fundação e que foi restabelecido na gestão mais recente foram os fatores responsáveis pelos avanços capazes de gerar um ambiente de inovação tanto em produtos, quanto processos e gestão. Os resultados mostram que desde os primeiros anos, apesar de se aproximarem do que o sociólogo alemão Max Weber define como um modelo tradicional da empresa, isto é, com o líder conduzindo e orientando pessoalmente os trabalhos e mantendo

relacionamento pessoal com os trabalhadores, já revelam a presença de uma dinâmica empresarial muito avançada. Atualmente, a empresa enfrenta o desafio da globalização e da competição aberta no mercado internacional que traz a concorrência das maiores e melhores empresas globalizadas.

A trajetória da Companhia Têxtil de Castanhal: a mais pura fibra amazônica

Narda Margareth Carvalho Gomes de Souza, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA)/SUDAM

Este texto narra a história da Companhia Têxtil de Castanhal (CTC), uma empresa de cunho familiar fundada em 1966, na região amazônica, voltada à fiação e tecelagem de fibras de juta, demonstrando como ela conseguiu manter-se no setor têxtil por tanto tempo, mesmo diante de um cenário desfavorável, tornando-se a líder nacional na fabricação de produtos de juta. Serão abordados alguns aspectos sobre a origem, questões históricas e socioeconômicas desse tipo de fibra natural, com o propósito de alicerçar um melhor entendimento sobre as razões do fundador para o surgimento da Companhia e a gestão da família Pacheco Borges para lidar com os problemas e as adversidades.

Indústria na Amazônia: a história da Perfumarias Phebo S/A em Belém – PA.

Marcílio Alves Chiacchio, NAEA/UFPA.

O atual trabalho é a construção de um estudo cuja área de conhecimento se encontra nos fundamentos da indústria de cosméticos. Tendo como foco a Perfumarias Phebo S.A, localizada na cidade de Belém – Pará, uma experiência de grande êxito industrial. Visa abordar a história de uma empresa que surgiu utilizando a biodiversidade da Amazônia nos seus produtos e se tornou reconhecida nacionalmente. Do ponto de vista geral, o trabalho pretende contribuir com a história empresarial da Amazônia, que é uma área pouco estudada. Procurando relacionar a perspectiva de desenvolvimento baseado na utilização da biodiversidade local como matéria-prima para os produtos de potencial valor agregado.

Origem, crescimento e sucessão em empresas familiares: o caso da Rede Frango Assado de Restaurantes.

Fernando Antônio Abrahão, Centro de Memória/UNICAMP

Este trabalho apresenta uma síntese sobre a origem, o desenvolvimento e a sucessão numa empresa familiar fundada em 1952, por descendentes de imigrantes italianos que chegaram a Campinas, SP no final do século XIX. Através do trabalho familiar, esses ex-colonos das lavouras de café acumularam capital, adquiriram propriedades e se tornaram produtores agrícolas. Na seqüência, baseado no modelo tridimensional de desenvolvimento da empresa, desenvolvido por Gersick et alii (1998), este trabalho discutirá o desenvolvimento da empresa através das formas de controle e de liderança nela promovidas. Para finalizar, trataremos dos planos aplicados nas sucessões e apontaremos algumas questões que sugerem a venda da marca e das operações da empresa, em fins de 2008.

A Sadia e sua experiência no mercado internacional

Armando Dalla Costa, UFPR

Junior Ruiz Garcia, IE/UNICAMP

Segundo estimativa da Unctad (2008) existiam no mundo, em 2007, cerca de 79 mil empresas transnacionais que representavam um total de 790 mil filiais. Esse conjunto de empresas era detentor de um estoque de capital, fora de seus respectivos países de origem, da ordem de US\$ 15 trilhões. A maior parte delas é originária da Europa e EUA. No entanto, há diversas empresas localizadas em países emergentes estabelecendo-se no cenário global, como é o caso da Sadia, objeto de análise neste trabalho. A história da Sadia no mercado nacional é marcada por um crescimento via novas plantas industriais, aquisição de concorrentes, diversificação no ramo de atividades, lançamento constante de novos produtos e ocupação do território e instalação de filiais comerciais. A partir de 1967 a Sadia iniciou seu processo de exportação, seguindo uma trajetória semelhante a diversas empresas que decidem ocupar também o mercado internacional. Esse processo pode ser caracterizado pelo envio de mercadorias, deslocamento de representantes comerciais, estabelecimento de escritórios de venda, realização de joint-ventures. No início dos anos 2000, a Sadia alterou sua

estratégia de internacionalização, adquirindo e construindo unidades industriais próprias no exterior, iniciando pela Holanda e Rússia. A instalação de plantas industriais e, portanto a produção em mercados externos é entendida como um "estágio superior" na internacionalização de uma firma, na qual a Sadia ingressa após quatro décadas de atuação e conhecimento destes mercados.

A Sadia e o agronegócio brasileiro: a perda de competitividade do sistema de integração com o produtor rural

Maria Sylvia Macchione Saes, FEA-USP

Camila Dias de Sá, FEA-USP

Bruno Varella Miranda, FEA-USP

Na história do agronegócio brasileiro, a Sadia foi pioneira na implantação de um sistema inovador de integração entre a produção rural e a firma processadora. Mas, durante a década de noventa do século XX, um novo contexto competitivo se apresentou trazendo novos desafios para a empresa. Entre as mudanças, destaca-se a perda de competitividade do sistema de integração já que não se trata mais de um diferencial competitivo. Limitado pela concorrência e com ganhos de produtividade repassados para o consumidor, as margens da empresa tenderam a se reduzir, implicando perda de renda dos integrados e funcionários comparados aos outros setores produtivos. Este artigo procura mostrar como a Sadia tem enfrentado esse contexto complexo, abordando particularmente as estratégias e a sua relação com os integrados rurais e com os funcionários.

Por que empresas aéreas quebram? O caso da VARIG

Claudia Musa Fay, PUCRS

Geneci Guimarães de Oliveira, PUCRS

Os últimos anos foram marcados pelo desaparecimento de empresas aéreas tradicionais, tais como, Transbrasil, Vasp e Varig. O objetivo deste artigo é analisar os fatores que provocaram a crise do setor aéreo no período de 1986 a 2006. Pretende-se discutir até que ponto as políticas públicas

praticadas pelos diversos governos, e no caso da Varig, o modelo empresarial adotado pelos dirigentes da companhia, prejudicaram a gestão da empresa causando entraves ao seu desenvolvimento diante da liberalização dos mercados.

A Companhia de Terras da Mata Geral e a privatização da floresta amazônica no sul do Pará

Fábio Carlos da Silva, NAEA/UFPA

O artigo aborda o processo de privatização da floresta amazônica no sul do Pará, reconstituindo, em linhas gerais, a história da Companhia de Terras da Mata Geral, empreendimento pioneiro desse processo de concentração privada e posterior comercialização das terras devolutas paraenses para grupos econômicos de São Paulo. Essa empresa, formada em 1963, constituiu o maior latifúndio amazônico de capital nacional nas décadas de 1960/80. Os principais fatos que gravitam em torno dos negócios da mesma revelam que o tráfico de influência e a associação de interesses privados dos fundadores da companhia com o poder político paulista e o governo paraense foi o principal mecanismo utilizado para viabilizar a privatização de milhares de hectares da floresta amazônica.

Dinâmica da expansão e consolidação da Vale do Verdão S/A-Açúcar e Álcool em Goiás

Divina Aparecida Leonel Lunas Lima, UEG

Pedro Ramos, IE/UNICAMP

Este artigo apresenta uma análise da constituição e expansão da Vale do Verdão S/A – Açúcar e Álcool no contexto do complexo canavieiro no Estado de Goiás. Os dados e informações da pesquisa indicam que a empresa se expande com base na aquisição de terras para o cultivo de cana-de-açúcar e na implantação de novas unidades agroindustriais. O modelo de integração da Vale do Verdão e de suas novas unidades industriais é de 100% de auto-abastecimento, seja via cultivo de terras próprias, seja via cultivo em terras arrendadas. Ressalta-se que isto contribui para a concentração fundiária nos municípios de influência da empresa. A análise feita recomenda a

conveniência de um planejamento estatal e de políticas voltadas à disciplinar a ocupação e expansão de atividades agrícolas, especificamente do complexo canavieiro.

Os diferentes sistemas de extração de sacarose de cana-de-açúcar até a hegemonia das moendas com três cilindros

Fabício José Piacente, IE/UNICAMP

Pedro Ramos, IE/UNICAMP

O trabalho tem como tema a evolução tecnológica dos vários tipos de equipamentos utilizados para a extração de sacarose da cana-de-açúcar, desde os primórdios da sua produção até o início da expansão da atividade nas Américas, por volta do século XVI. A abordagem se inicia descrevendo os equipamentos e processo de maceração da cana-de-açúcar empregados na China e na Índia e a discussão que envolve qual dessas nações foi a precursora na fabricação de açúcar. Aponta ainda o processo de transferência do conhecimento já adquirido na extração de óleos vegetais e no processar grãos para a manufatura da cana-de-açúcar no Mediterrâneo, as adaptações realizadas nos tradicionais moinhos e como esse conhecimento chegou a Europa. Finalmente, aponta a discussão sobre a origem pioneira da moenda de três cilindros no processamento de cana-de-açúcar, sua importância por se tratar do primeiro dispositivo tecnológico genuinamente desenvolvido para o processamento da cana-de-açúcar, e como esse equipamento foi desenvolvido a partir de uma máquina chinesa de descarregar algodão.

Empresas familiares e industria azucarera en Argentina en la primera mitad del siglo XX. Aproximaciones a partir de estudios de caso

Daniel Moyano, Instituto Superior de Estudios Sociales (UNT-CONICET)

El presente trabajo analiza algunos aspectos del empresariado azucarero argentino centrándose en el estudio de la firma "C^a Azucarera Juan M. Terán", empresa familiar de la provincia de Tucumán. Nos proponemos reconstruir (a través sus archivos) la organización interna, sus lógicas de

inversión y estrategias empresariales, procurando articular el análisis con otras empresas de similares características. Este abordaje permitirá, por un lado, sortear la visión monolítica que se tiene sobre el parque azucarero argentino, al considerar a los grandes ingenios como modelo unívoco de éxito empresarial, dando cuenta de los diferentes derroteros que ensayaron algunas firmas "medianas" en un contexto aleatorio. Por otro lado, y desde un punto de vista conceptual, profundizar en el estudio de las "empresas familiares" como forma típica de propiedad y gestión empresarial en regiones de industrialización tardía.

The Evolution of Brazil's Regime of Intellectual Property Rights and the Accumulation of Technological Capabilities in the Pharmaceutical Industry

Roberto Mazzoleni, Hofstra University

Luciano Martins Costa Povoá, Universidade Federal de Goiás

The aim of this paper is to analyze the economic policy influence in the low accumulation of technological capabilities in the Brazilian pharmaceutical industry. The weakness of the local pharmaceutical industry and the need to develop domestic capabilities necessary in order to address local public health needs were key reasons for the decision to suspend the patentability of pharmaceutical products in the 1945 law. The events taking place in the industry during the following decades, specially the industrialization policy adopted in the 1950s which offered strong incentives to foreign direct investments, were however at odds with the goal to promote the growth of the Brazilian pharmaceutical industry. The foregoing transformations suggest that while the prohibition of pharmaceutical product patents since 1945 failed to promote a significant process of technological upgrading of the domestic firms, neither did it discourage the entry of multinational corporations.

SOX: controvérsias "padrão X produto" nos sistemas operacionais na década de 1980

Ivan da Costa Marques, UFRJ

Márcia de Oliveira Cardoso, UFRJ

Vitor Andrade Barcellos, UFRJ

Nos anos 1980 a AT&T detinha os direitos sobre códigos (programas de computador) para a confecção de sistemas operacionais tipo UNIX, o padrão originário do atual LINUX. Nesta época a COBRA, empresa estatal brasileira fabricante de computadores, desenvolveu independentemente, isto é, sem lançar mão dos códigos da AT&T e conseqüentemente sem necessidade de licenciá-los, o SOX, um sistema operacional tipo UNIX. Em abril de 1989, a aderência do SOX ao padrão UNIX foi certificada pelo X-OPEN, um consórcio de empresas européias e americanas com sede em Londres. O "sucesso técnico" do SOX ensejou um movimento controvertido que, explica-se, resultou no "fracasso sóciopolítico e econômico" do SOX. Esta pesquisa não parte de elementos "técnicos" de um lado e elementos "sociopolíticos e econômicos" de outro, mas pretende cruzar as fronteiras disciplinares e explicar o "sucesso" e o "fracasso" do SOX nos mesmos termos.

Joaquim Murinho, banqueiro: notas sobre a experiência do Banco Rio e Mato Grosso (1891-1902)

Paulo Roberto Cimó Queiroz, Universidade Federal da Grande Dourados, UFGD (CNPq)

O Banco Rio e Mato Grosso, fundado no Rio de Janeiro em 1891 com a participação de membros da família Murinho (integrantes da elite política mato-grossense da época) e liquidado em 1902, foi a primeira instituição bancária a operar no antigo estado de Mato Grosso. Entretanto, ele tem sido lembrado pela historiografia de modo apenas incidental. Este trabalho, tendo como fontes documentos do próprio banco, busca recuperar sua trajetória e discutir suas vinculações com a economia e a política do antigo Mato Grosso, visando demonstrar a relevância de seu estudo sobretudo no que concerne ao tema das relações entre os bancos e o crescimento econômico regional.

Empresarios rurales y mercado de tierras en la provincia de Santa Fe, Argentina (1868-1880)

Juan Luis Martiren, FLACSO/Becario Conicet (Argentina)

O presente trabalho buscará analisar a evolução do mercado de terras e a interação de empresários rurais numa fase inicial do processo de colonização agrícola realizado na província de Santa Fé, Argentina (1868-1880). Particularmente ressaltará o caso de dois empresários de terras que, a partir de várias estratégias, conseguiram alcançar um lugar importante no negócio de compra e venda de terrenos na área central do processo de colonização agrícola, o centro-oeste da província. Por um lado, tratará o caso de Maurício Franck, um imigrante alemão que, desde seu estabelecimento na cidade de Santa Fé, em meados dos anos 60 se dedicaria ao negócio colonizador. E por outro, o de Guillermo Lehmann, um suíço estabelecido na primitiva colônia Esperanza em meados da década de 60, que teria uma grande influência sobre a colonização de terras no centro-oeste santafesino.

Frontera y redes. La formación del empresariado en Tijuana, Baja California, Mexico, 1915-1929

Leticia Bibiana Santiago Guerrero, Universidad Autónoma de Baja California, México

El presente trabajo explora el tema del inicio del desarrollo local, con énfasis en los factores que llevaron a cabo este proceso así como en el perfil de empresariado que participó en la dinámica económica. El poblado de Tijuana, durante el periodo de estudio, tuvo una fuerte demanda de servicios turísticos por parte de su frontera vecina, el estado de California, Estados Unidos. Este contexto alentó al empresariado a migrar al poblado y a establecer empresas de servicios e industrias en el "mercado de la diversión". El tejido empresarial que se formó tuvo como características significativas: que eran inmigrantes mexicanos y extranjeros (de origen norteamericano, chino, japonés, español, italiano principalmente y en menor medida inglés, alemán, sueco, suizo, canadiense, argentino, libio, entre otros), que ellos supieron aprovechar la demanda de servicios y que principalmente su trayectoria empresarial local les permitió acumular capital e invertir en negocios de mayor envergadura.

Mesa Redonda I: Bancos de Desenvolvimento na América Latina**Banca de desarrollo y crecimiento económico. La experiencia argentina.**

Marcelo Rougier, Centro de Estudios Económicos de la Empresa y el Desarrollo (CEEED), Facultad de Ciencias Económicas, Universidad de Buenos Aires – Investigador del CONICET.

Esta comunicación parte de considerar que las instituciones no sólo actúan como caja de resonancias de las contradicciones sociales o reflejan las diferencias de poder del conjunto social sino que también redistribuyen poder a través de su acción. En especial, nos proponemos acercarnos de una manera concreta al problema de la autonomía estatal focalizando en las estructuras e instituciones que tienen especial incidencia en las políticas públicas vinculadas al desarrollo económico. Desde esta perspectiva se analizará la experiencia del Banco Industrial (BIRA) creado en 1944, redefinido como Banco Nacional de Desarrollo (BND) en 1970, y finalmente liquidado en los años noventa; ésta era una institución estatal destinada a fomentar el crecimiento de las empresas industriales e impulsar las estrategias de desarrollo definidas en el marco del modelo de industrialización por sustitución de importaciones en la Argentina. Las observaciones de nuestro estudio apuntan más a la "efectividad" de las políticas públicas que a discutir la naturaleza de la institución o su importancia para el desarrollo económico. Esa efectividad por supuesto se encuentra estrechamente vinculada a la institución (esto es sus características específicas, su estructura burocrática o el lugar que ocupa dentro del diseño institucional más general), así como a los destinatarios de esas políticas (la estructura social y productiva, la naturaleza de las demandas sociales o el poder de determinados sectores económicos y empresas).

Índice Onomástico

NOME	PÁGINAS
Agnaldo Valentin	13; 38
Alcides Goularti Filho	19; 20; 102
Alda Mourão	23
Alex Nery Caetité	21; 65
Alexandre Guimarães	25
Alexandre M. Cunha	32
Alexandre Macchione	17; 63
Alexandre Ottoni Teatini Salles	30; 86
Alexandre Queiroz Guimarães	34; 87
Aline Cristina de Freitas Vian	15
Ana Carolina Ferreira Caetano	34; 76
Ana Claudia Caputo	29; 69
Ana Lúcia Gonçalves da Silva	35
Ana Paula Sobreira Bezerra	31; 101
André Marzulo Quintana	30; 96
Andréia Mara Pereira	30; 86
Ângela Cristina Ribeiro Caíres	23; 105
Angelita Matos Souza	25; 84
Ângelo A. Carrara	16; 24
Anna Carolina S. Reis	33; 73
Antônio Henrique Duarte Lacerda	32; 45
Arethuzia Helena Zero	28; 53
Ari Francisco de Araujo Jr.	18; 81
Armando Dalla Costa	19; 27; 107
Arthur de Aquino	26; 95
Artur José Renda	16; 49
Átila Alves Garrido	34; 88
Bruna de Jesus Barbosa da Silva	20; 51
Bruno Aidar	15; 90
Bruno Varella Miranda	27; 108
Camila Dias de Sá	27; 108
Carla Fernanda da Silva	29; 70

Carla Maria Carvalho de Almeida	20; 40
Carlos Alberto Lanzarini Casa	18; 91
Carlos Alberto Medeiros	17; 57
Carlos A. Brandão	35
Carlos Eduardo de Freitas Vian	34; 77
Carlos Eduardo Suprinyak	18; 91
Carlos Eduardo Valencia Villa	14; 79
Carlos Engemann	24; 52
Carlos Gabriel Guimarães	7; 23
Carlos Gilberto de Sousa Martins	25
Cecilia Castelnuovo	18; 82
Cesare Giuseppe Galvan	26
Christiane Luci Bezerra Alves	14; 62
Clarice Sollero	18; 81
Cláudia Alessandra Tessari	25; 67
Claudia Musa Fay	27; 108
Cláudia Regina Salgado de Oliveira Hansen	23
Cláudio Dedecca	08; 25; 67
Cláudio Djissey	18; 81
Cláudio V. S. Farias	18; 92
Cristiano Corte Restitutti	20; 39
Dalva Neraci Reinheimer	19
Daniel Campi	14; 80
Daniel Henrique Diniz Barbosa	14; 61
Daniel Moyano	31; 110
Daniela de Oliveira da Silva	25; 84
Danilo Jorge Vieira	33; 72
Danilo José Dalio	29; 68
Déborah Oliveira Martins dos Reis	32; 44
Divina Aparecida Leonel Lunas Lima	30; 31; 86; 109
Dulce Portilho Maciel	19; 103
Ebenézer Pereira Couto	21; 74
Eduardo Girardi	08
Eduardo Mariutti	34
Eduardo Motta e Albuquerque	18; 22

Eduardo Strachman	21; 65
Eliana Tadeu Terzi	21; 75
Eliane Araújo	33; 73
Elione Silva Guimarães	28; 53
Erika da Cunha Ferreira Gomes	14; 61
Eustáquio José Reis	13
Fábio Carlos da Silva	27; 109
Fábio Pesavento	13; 37
Fabício José Piacente	31; 110
Fania Fridman	15; 48
Fausto Saretta	17
Felipe Pereira Loureiro	29; 69
Fernanda Fioravante	24; 42
Fernando Antonio Abrahão	23; 107
Fernando Carlos Greenhalgh	16; 38
Fernando Franco Netto	32; 56
Fernando Gaudereto Lamas	16; 48
Fernando Genta dos Santos	33; 71
Fernando C. Macedo	14
Fernando Monteiro Rugitsky	18; 92
Fernando Nogueira da Costa	21; 26; 66
Flávio A. M. de Saes	26
Florência Correa Deza	14
Francisco Corsi	15
Francisco de Assis Costa	13; 36
Geneci Guimarães de Oliveira	27; 108
Giuliano Contento de Oliveira	21; 66
Gláucia A. Campregher	18; 92
Glaudionor Gomes Barbosa	14; 31; 33; 72; 79; 101
Gloria Maria Moraes da Costa	29; 69
Guilherme Delgado	08
Guilherme Grandi	31; 100
Guillaume Azevedo Marques de Saes	29; 59
Gustavo Acioli Lopes	28; 43
Gustavo Inácio de Moraes	15

Gustavo Pereira	17; 57
Hamilton Afonso de Oliveira	32; 55
Hawa Diawara	33; 73
Heitor Pinto de Moura Filho	15; 89
Helena Carvalho De Lorenzo	23; 105
Henry Willebald	12; 82
Hernani Maia Costa	13; 20; 49
Hildete Pereira de Melo	29; 69
Hugo Eduardo Araújo da Gama Cerqueira	30; 97
Inês Pelger	13; 46
Ivan da Costa Marques	35; 112
Ivanil Nunes	19; 102
Jaeder Fernandes Cunha	31; 101
Jaime Gabriel Yaffé Espósito	25; 85
Jaques Kerstenetzky	35
Javier Moreno Lázaro	35
João Rodrigues Neto	15
Joerg Baten	13; 46
Jonis Freire	32; 56
Jorge Victor de Araújo	16; 38
José Elesbão de Almeida	22; 94
José Flávio Motta	18; 31; 100
José Jobson de Arruda	8; 9; 13; 29
José Iannes de Melo	15; 104
José Ricardo Barbosa Gonçalves	7; 21
Juan Luis Martiren	35; 113
Julianne Alvim Milward	25; 68
Júlio Manuel Pires	21; 74
Junior Ruiz Garcia	27; 107
Leandro Braga	17; 58
Leandro Miranda Malavota	22; 82
Lélio Luiz de Oliveira	24; 52
Leonardo Andrade Rocha	30; 86
Leonardo Weller	34; 76
Letícia Bibiana Santiago Guerrero	35

Lidiany Silva Barbosa	14; 61
Lígia Osório	8; 16
Lourival Batista de Oliveira Júnior	15; 105
Luciana Suarez Lopes	24; 52
Luciano Martins Costa Povoá	35; 111
Luis Antonio Paulino	26; 96
Luis Bértola	18; 82
Luiz Antônio Silva Araujo	28; 42
Luiz Carlos Soares	16; 28; 47
Luiz Eduardo Simões de Souza	18; 90
Luiz Fernando Saraiva	24; 28; 29; 54; 60
Maisa Faleiros da Cunha	32; 55
Marcelo Henrique Dias	20; 39
Marcelo Magalhães Godoy	14; 24; 51; 61
Marcelo Paiva de Abreu	33; 71
Marcelo Proni	25
Márcia de Oliveira Cardoso	35; 112
Marcia Eckert Miranda	32; 44
Marcia Naomi Kuniuchi	21; 64
Marcílio Alves Chiacchio	23; 106
Marco Antonio Ribas Cavalieri	26; 99
Marconi Gomes da Silva	14; 62
Marcos Alberto Horta Lima	17; 64
Marcos Fábio Martins de Oliveira	34; 76
Maria Alice R. Ribeiro	23
Maria Eugenia Romero Ibarra	35
Maria Heloisa Lenz	25; 84
Maria Isabel de Jesus	16; 48
Maria Lúcia Lamounier	20; 34; 50
Maria Lucília Viveiros Araújo	24; 41
Maria Sylvia Macchione Saes	27; 31; 108
Maria Teresa Ribeiro de Oliveira	30
Mário Augusto Morato Pinto de Almeida	29; 70
Mário Roberto Melo Silva	13; 47
Mario Rubens	33; 73

Marion Duran Junior	34; 77
Matheus Vitti de Aguiar	34; 77
Maximiliano Mac Menz	28
Michael Emmett Brady	30; 97
Michel Deliberali	17; 63
Miguel Bruno	33; 73
Milena Fernandes de Oliveira	34; 75
Moacir Rodrigo de Castro Maia	20; 40
Mônica de Souza Nunes Martins	29; 59
Narda Margareth Carvalho Gomes de Souza	23; 106
Nelson Hideiki Nozoe	13; 16; 36
Newton Paulo Bueno	34; 77
Nicolas Grinberg	33; 71
Óliver Mora Toscano	22; 93
Pablo Oller Mont Serrath	22; 83
Paula Chaves	17; 58
Paulo Cesar Gonçalves	22; 84
Paulo Eduardo Teixeira	28; 54
Paulo Roberto Cimó Queiroz	17; 23; 112
Paulo Roberto de Almeida	17
Pedro Antonio Vieira	20; 28; 44
Pedro Caldas Chadarevian	26
Pedro Henrique Pedreira Campos	15; 104
Pedro Puntoni	28
Pedro Ramos	21; 27; 31; 73; 109; 110
Philippe Scherrer Mendes	24; 51
Plínio de Arruda Sampaio Jr.	9; 29
Rafael da Costa Natera	20; 49
Regina Célia Gonçalves	33; 72
Renato Leite Marcondes	13; 28; 29; 46; 54
Renato Perim Colistete	09; 33; 71
Ricardo Agostini Martini	26; 98
Ricardo Zimbrão Affonso de Paula	13; 47
Rita de Cássia da Silva Almico	28; 29; 54; 60
Roberto Mazzoleni	35; 111

Roberto Pereira Silva	26; 95
Roberto Resende Simiqueli	30; 97
Rogério Naques Faleiros	25; 66
Rogério Pereira da Cunha	17; 57
Rogério Silva de Mattos	15; 105
Rômulo André Lima	34; 88
Rosângela de Lima Vieira	22; 83
Rosele Marques Vieira	22; 94
Sérgio Marley Modesto Monteiro	29; 70
Sérgio Ricardo de Brito Gadelha	18; 81
Shiguenoli Miyamoto	29; 68
Solange Regina Marin	30; 96
Sonia Mendonça	21
Stella Venegas Calle	22; 93
Suzana Quinet de Andrade Bastos	15; 105
Teresa C. Novaes Marques	32
Thiago Caliarí	34; 77
Thiago Fontelas Rosado Gambi	29; 59
Thiago Marques Mandarinó	15; 89
Tiago Luís Gil	32; 45
Vagner Alves	26; 99
Valter Lenine Fernandes	26; 41
Vera L. A. Ferlini	22
Victor Leonardo de Araujo	29; 69
Vitor Andrade Barcellos	35; 112
Welber Luiz dos Santos	20; 50
William Vella Nozaki	34; 87
Wilson Vieira	22; 93
Wolfgang Lenk	24; 42
Yuri de César de Lima e Silva	35

Realização



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

Apoio



UNICAMP
Instituto de Economia



ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

FAEPEX
Fundo de Apoio ao Ensino,
à Pesquisa e à Extensão
UNICAMP


Centro Internacional
CELSO FURTADO
de Políticas para o Desenvolvimento
The International CELSO FURTADO Center for Development Policies